



Quadro de Princípios de Prática



Footprint



Co-funded by
the European Union

Índice

Introdução.....	6
O que é o Quadro de Princípios Práticos FOOTPRINT.....	6
A quem se destina este Quadro?.....	7
Estruturas de sustentabilidade e sistemas de certificação.....	7
Por que razão os quadros de sustentabilidade são importantes.....	7
Contexto político europeu.....	8
Pacto Verde Europeu.....	8
Trajetória de transição da UE para o turismo.....	8
Plano de Ação para a Economia Circular.....	8
Estratégia da UE para a Biodiversidade até 2030.....	9
GreenEntreComp: O Quadro Europeu de Competências em Sustentabilidade.....	9
Sistemas de Certificação de Sustentabilidade no Turismo.....	9
Rótulo Ecológico da UE.....	9
EarthCheck.....	10
Como utilizar este quadro.....	10
Princípio 1: Responsabilidade ambiental.....	13
Definição.....	13
Importância.....	13
Ações-chave para as PME.....	14
Aplicação nos setores do turismo.....	16
Ecoturismo.....	16
Turismo cultural.....	16
Turismo de aventura.....	17
Roteiro para a implementação.....	17
Resumo.....	18
Princípio 2: Biodiversidade e Recursos Naturais.....	20
Definição.....	20
Importância.....	20
Benefícios para as PME.....	21
Ações-chave para as PME.....	22
Aplicação nos setores do turismo.....	23
Ecoturismo.....	23
Turismo cultural.....	23
Turismo de aventura.....	23
Roteiro para a implementação.....	24
Resumo.....	25
Princípio 3: Sustentabilidade cultural.....	27
Definição.....	27
Importância.....	27
Benefícios para as PME.....	28
Ações-chave para as PME.....	28
Aplicação nos setores do turismo.....	29

Ecoturismo.....	29
Turismo cultural.....	29
Turismo de aventura.....	30
Roteiro para a implementação.....	30
Resumo.....	31

Princípio 4: Gestão sustentável dos recursos.....33

Definição.....	33
Importância.....	33
Resposta aos desafios ambientais, sociais e económicos.....	33
Benefícios para as PME.....	34
Ações-chave para as PME.....	34
Aplicação nos setores do turismo.....	35
Ecoturismo:.....	35
Turismo cultural:.....	36
Turismo de aventura.....	36
Roteiro para a implementação.....	36
Resumo.....	37

Princípio 5: Capacitação da comunidade e inclusão social.....39

Definição.....	39
Importância.....	39
Resposta aos desafios sociais e comunitários.....	39
Benefícios para as PME.....	40
Ações-chave para as PME.....	41
Aplicação nos setores do turismo.....	42
Ecoturismo.....	42
Turismo cultural.....	42
Turismo de aventura.....	42
Roteiro para a implementação.....	43
Resumo.....	44

Princípio 6: Ação Climática e Resiliência.....46

Definição.....	46
Importância.....	46
Resposta aos desafios ambientais, culturais e sociais.....	46
Benefícios para as PME.....	47
Ações-chave para as PME.....	48
Aplicação nos setores do turismo.....	49
Ecoturismo.....	49
Turismo cultural.....	49
Turismo de aventura.....	50
Roteiro para a implementação.....	50
Resumo.....	52

Princípio 7: Educação e envolvimento dos visitantes.....54

Definição.....	54
Importância.....	54
Resposta aos desafios ambientais, culturais e sociais.....	54
Benefícios para as PME.....	55
Ações-chave para as PME.....	55
Aplicação nos setores do turismo.....	56
Ecoturismo.....	56

Turismo cultural.....	56
Turismo de aventura.....	57
Roteiro para a implementação.....	57
Resumo.....	58
Princípio 8: Inovação e Ferramentas de Transição Ecológica.....	60
Definição.....	60
Importância.....	60
Resposta aos desafios ambientais, sociais e económicos.....	60
Benefícios para as PME.....	61
Ações-chave para as PME.....	61
Aplicação nos setores do turismo.....	62
Ecoturismo.....	62
Turismo cultural.....	62
Turismo de aventura.....	63
Roteiro para a implementação.....	63
Resumo.....	64
Guia de implementação.....	66
Ferramenta de autoavaliação da sustentabilidade.....	69
PLANO DE AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE.....	72
DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE SMART.....	74
Conclusão.....	76
Um Quadro de Ação.....	76
Apoiar a transição ambiental.....	76
Reforçar a Sustentabilidade Social e Cultural.....	77
Promover a mudança comportamental e organizacional.....	77
De melhorias incrementais à transformação a longo prazo.....	78
Reflexão final.....	78
Referências.....	79



QUADRO DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICA

Introdução

Introdução

O turismo é um dos setores económicos mais importantes da Europa, gerando emprego, apoiando o desenvolvimento regional e contribuindo significativamente para as economias locais. Ao mesmo tempo, o turismo depende profundamente da qualidade dos ambientes naturais, culturais e sociais em que opera. O sucesso a longo prazo das empresas turísticas depende, portanto, da proteção e da gestão sustentável dos destinos, das comunidades e dos recursos que, em primeiro lugar, atraem os visitantes.

Em toda a Europa, as PME do setor do turismo enfrentam cada vez mais desafios complexos em matéria de sustentabilidade. As alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de recursos, as expectativas em constante mudança dos visitantes e a evolução dos requisitos regulamentares estão a transformar a forma como as empresas turísticas operam. Questões como o aumento dos custos energéticos, o stress hídrico, a gestão de resíduos, o excesso de turismo e a degradação ambiental já não são preocupações futuras, mas sim realidades atuais que afetam diretamente o desempenho empresarial, a competitividade e a resiliência. Ao mesmo tempo, as PME do setor do turismo encontram-se numa posição única para impulsionar mudanças positivas. Através das suas operações diárias, decisões de compra, interações com os visitantes e parcerias com as comunidades locais, as PME podem desempenhar um papel significativo no apoio à transição para um ecossistema turístico mais sustentável.

Reconhecendo esta oportunidade, o projeto FOOTPRINT desenvolveu o Quadro de Princípios Práticos para apoiar as PME do setor do turismo na tradução das ambições de sustentabilidade em ações concretas. Em vez de apresentar a sustentabilidade como um conjunto de iniciativas isoladas, o quadro promove uma abordagem estruturada e integrada que incorpora a sustentabilidade ambiental, social, cultural e económica na tomada de decisões empresariais. O quadro foi concebido para ajudar as PME do setor do turismo a identificar áreas prioritárias de melhoria, a implementar medidas práticas de sustentabilidade, a reforçar a resiliência empresarial e a alinhar as suas atividades com as prioridades europeias emergentes em matéria de sustentabilidade e com as expectativas do mercado. Proporciona um percurso claro desde a sensibilização até à ação, permitindo que as empresas adotem progressivamente práticas mais sustentáveis de acordo com a sua dimensão, capacidade e nível de maturidade. Ao apoiar as PME do setor do turismo no reforço do seu desempenho em matéria de sustentabilidade, o quadro contribui para o objetivo mais amplo de criar um setor do turismo que seja ambientalmente responsável, socialmente inclusivo, economicamente resiliente e capaz de gerar valor a longo prazo para destinos, comunidades, empresas e visitantes.

O que é o Quadro de Princípios Práticos FOOTPRINT

O Quadro de Princípios Práticos é um recurso de orientação prática desenvolvido para apoiar as PME do setor do turismo na implementação de princípios de sustentabilidade nas suas operações diárias e

estratégias empresariais a longo prazo. O quadro reúne oito princípios práticos interligados que abordam as principais dimensões ambientais, sociais, culturais e económicas do turismo sustentável. Cada princípio fornece uma visão geral do tema, explica a sua relevância para as PME do setor do turismo, descreve ações práticas que as empresas podem adotar e oferece um roteiro de implementação para apoiar a melhoria contínua. Em vez de prescrever uma abordagem única, o quadro reconhece que as PME do setor do turismo operam em contextos e mente diversos e enfrentam desafios diferentes, dependendo da sua dimensão, localização, recursos e modelo de negócio. Por esta razão, os princípios foram concebidos para serem flexíveis e escaláveis, permitindo que as empresas adotem ações adequadas às suas circunstâncias individuais.

O quadro deve ser considerado uma ferramenta de referência prática que apoia a tomada de decisões, o planeamento e a implementação. Pode ser utilizado para identificar prioridades, orientar melhorias em matéria de sustentabilidade, apoiar a formação do pessoal, reforçar o envolvimento das partes interessadas e preparar as empresas para sistemas de certificação de sustentabilidade ou requisitos de prestação de contas. Em conjunto, os oito princípios proporcionam uma base estruturada para a construção de empresas turísticas mais sustentáveis, resilientes e orientadas para o futuro.

A quem se destina este Quadro?

O Quadro de Princípios Práticos foi desenvolvido principalmente para PME do setor do turismo que operam numa variedade de setores e destinos turísticos. Pode ser particularmente relevante para:

- Prestadores de serviços de alojamento, incluindo hotéis, pensões, parques de campismo e empresas de turismo rural.
- Operadores turísticos e prestadores de serviços de viagens.
- Organizações de turismo cultural e patrimonial.
- Prestadores de serviços de turismo de aventura e ao ar livre.
- Atrações turísticas e prestadores de experiências.
- Organizações de gestão de destinos e redes turísticas.
- Organizações de apoio ao turismo, associações empresariais e câmaras de comércio.
- Prestadores de ensino e formação profissional que apoiam as empresas do setor do turismo.

Este quadro pode ser utilizado por empresários, gestores, coordenadores de sustentabilidade, colaboradores e organizações de apoio externas que pretendam reforçar as práticas de sustentabilidade e apoiar a transição ecológica no setor do turismo. Independentemente do ponto de partida, o quadro incentiva um processo de melhoria contínua, permitindo que as organizações reforcem progressivamente o seu desempenho em matéria de sustentabilidade ao longo do tempo.

Estruturas de Sustentabilidade e Sistemas de Certificação

Por que razão os quadros de sustentabilidade são importantes

A transição para um turismo mais sustentável exige que as empresas encontrem um equilíbrio entre a proteção ambiental, a responsabilidade social, a viabilidade económica e a resiliência a longo prazo. Embora muitas PME do setor do turismo reconheçam a importância da sustentabilidade, identificar por onde começar e como medir o progresso pode ser um desafio. Os quadros europeus de sustentabilidade, as iniciativas políticas e os sistemas de certificação fornecem orientações valiosas, ajudando as empresas a compreender as prioridades de sustentabilidade, a identificar áreas de melhoria, a implementar ações práticas e a comparar o seu progresso com normas reconhecidas. Apoiam também as PME do setor do turismo a responder às expectativas em evolução dos clientes, a aceder a novas oportunidades de mercado, a reforçar a competitividade e a preparar-se para futuros desenvolvimentos regulamentares.

O Quadro de Princípios Práticos foi desenvolvido em consonância com os quadros europeus de sustentabilidade e os sistemas de certificação turística reconhecidos. Em conjunto, estes recursos proporcionam uma base estruturada para apoiar a transição ecológica no setor do turismo.

Contexto político europeu

Pacto Verde Europeu

O Pacto [Verde Europeu](#) é a estratégia de crescimento a longo prazo da União Europeia que visa tornar a Europa o primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050. Procura reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, melhorar a eficiência na utilização dos recursos, proteger a biodiversidade e apoiar uma transição justa e inclusiva para uma economia sustentável.

Para as PME do setor do turismo, o Pacto Verde destaca a importância de reduzir os impactos ambientais, melhorar a eficiência energética e dos recursos, apoiar a conservação da biodiversidade e reforçar a resiliência climática. Muitas das ações apresentadas ao longo deste Quadro contribuem diretamente para estes objetivos.

Percursos de Transição da UE para o Turismo

[A Via de Transição da UE para o Turismo](#) fornece um roteiro para apoiar a transição verde e digital do ecossistema turístico europeu. Incentiva as partes interessadas do setor do turismo a melhorar a gestão da sustentabilidade, a adotar a inovação, a reforçar a resiliência e a intensificar a colaboração entre destinos e cadeias de valor.

O Quadro de Princípios Práticos apoia estas ambições, traduzindo as prioridades de sustentabilidade em ações práticas que as PME do setor do turismo podem implementar nas suas operações diárias e nos seus processos de planeamento a longo prazo.

Plano de Ação para a Economia Circular

[O Plano de Ação para a Economia Circular](#) promove a utilização eficiente dos recursos, incentivando as empresas a reduzir os resíduos, prolongar os ciclos de vida dos produtos, apoiar a reutilização e a reciclagem e minimizar o consumo de recursos. Para as PME do setor do turismo, a adoção dos princípios da economia circular pode reduzir os custos operacionais, melhorar a eficiência dos recursos e minimizar os impactos ambientais. Estes conceitos são particularmente relevantes para os princípios da Responsabilidade Ambiental, da Gestão Sustentável dos Recursos e das Ferramentas de Inovação e Transição Ecológica.

Estratégia da UE para a Biodiversidade para 2030

[A Estratégia da UE para a Biodiversidade](#) visa proteger e restaurar os ecossistemas, reverter a perda de biodiversidade e reforçar a conservação da natureza em toda a Europa. Uma vez que muitos destinos turísticos dependem diretamente de ambientes naturais saudáveis, a proteção da biodiversidade é uma componente essencial do desenvolvimento do turismo sustentável. Os princípios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, da Ação Climática e Resiliência e da Responsabilidade Ambiental contribuem diretamente para estes objetivos.

GreenEntreComp: O Quadro Europeu de Competências em Sustentabilidade

O GreenEntreComp é o quadro europeu de competências em sustentabilidade desenvolvido pelo Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia. Proporciona um quadro de referência comum para os conhecimentos, competências e atitudes necessários para apoiar o pensamento e a ação sustentáveis em todos os setores. O quadro incentiva indivíduos e organizações a desenvolver competências que apoiem a criação de valor sustentável, o pensamento sistémico, a colaboração, a tomada de decisões éticas e o planeamento a longo prazo. O GreenEntreComp está organizado em torno de três áreas de competência:

Ideias e Oportunidades

Reconhecer os desafios da sustentabilidade e identificar oportunidades para gerar um impacto ambiental, social e económico positivo.

Recursos

Mobilizar pessoas, conhecimentos, parcerias e recursos para apoiar programas sustentáveis e a mudança organizacional.

Passar à Ação

Planear, implementar, avaliar e melhorar continuamente as ações de sustentabilidade na prática. Os oito Princípios Práticos apresentados neste Quadro apoiam as PME do setor do turismo na aplicação das competências GreenEntreComp nas suas operações empresariais e estratégias de sustentabilidade.

Sistemas de Certificação de Sustentabilidade no Turismo

Rótulo Ecológico da UE

O Rótulo Ecológico da UE é o rótulo ambiental voluntário oficial da União Europeia. É atribuído a prestadores de alojamento turístico e parques de campismo que demonstrem um elevado desempenho ambiental e cumpram critérios rigorosos de sustentabilidade. As principais áreas avaliadas incluem:

- Eficiência energética e utilização de energias renováveis
- Conservação da água
- Prevenção e reciclagem de resíduos
- Práticas de aquisição sustentáveis
- Sistemas de gestão ambiental
- Informação e sensibilização dos visitantes

O Rótulo Ecológico da UE proporciona às empresas do setor do turismo uma forma reconhecida e credível de demonstrar o seu compromisso ambiental, reforçando simultaneamente a confiança dos clientes e a visibilidade no mercado.

EarthCheck

O EarthCheck é um programa de certificação e avaliação comparativa de sustentabilidade reconhecido internacionalmente, concebido especificamente para o setor das viagens e do turismo. Proporciona um quadro baseado na ciência que permite às empresas turísticas e aos destinos medir, monitorizar e melhorar o seu desempenho em matéria de sustentabilidade ao longo do tempo. O EarthCheck avalia uma série de indicadores de sustentabilidade, incluindo:

- Consumo de energia
- Utilização da água
- Gestão de resíduos

- Emissões de carbono
- Conservação da biodiversidade
- Envolvimento da comunidade
- Sustentabilidade social e cultural

Através de análises comparativas e verificação independente, a EarthCheck apoia a melhoria contínua e ajuda as organizações a demonstrar responsabilidade, transparência e compromisso a longo prazo com práticas de turismo sustentável.

Como utilizar este quadro

O Quadro de Princípios Práticos FOOTPRINT foi concebido como uma ferramenta prática de implementação que apoia as PME do setor do turismo na sua transição para modelos de negócio mais sustentáveis, resilientes e orientados para o futuro. Em vez de apresentar a sustentabilidade como uma série de ações isoladas, o quadro proporciona uma abordagem estruturada que ajuda as empresas a integrar a sustentabilidade nas operações quotidianas, no planeamento estratégico e na tomada de decisões a longo prazo.

O quadro complementa quadros de sustentabilidade mais amplos, iniciativas políticas e sistemas de certificação. Políticas europeias como o Pacto Verde Europeu, a Rota de Transição da UE para o Turismo, o Plano de Ação para a Economia Circular e a Estratégia da UE para a Biodiversidade estabelecem o rumo a seguir pelo setor do turismo. O GreenEntreComp identifica as competências necessárias para apoiar a tomada de decisões sustentáveis e a mudança organizacional, enquanto sistemas de certificação como o Rótulo Ecológico da UE e o EarthCheck fornecem mecanismos para avaliar o desempenho e demonstrar os resultados alcançados. Com base nestes alicerces, o Quadro de Princípios Práticos traduz as prioridades de sustentabilidade em ações práticas que as PME do setor do turismo podem implementar nas suas próprias organizações.

O quadro está organizado em torno de oito Princípios de Prática inter-relacionados que refletem as dimensões-chave do turismo sustentável:

- Responsabilidade Ambiental
- Biodiversidade e Recursos Naturais
- Sustentabilidade Cultural
- Gestão Sustentável dos Recursos
- Empoderamento da Comunidade e Inclusão Social
- Ação Climática e Resiliência
- Educação e Envolvimento dos Visitantes
- Inovação e Ferramentas de Transição Ecológica

Cada princípio explora um aspeto específico da sustentabilidade e segue uma estrutura comum, incluindo:

- Uma definição do princípio e a sua relevância para as PME do setor do turismo;
- Uma explicação da importância do princípio;

- Ações práticas que as empresas podem implementar;
- Exemplos de aplicação em diferentes setores do turismo;
- Um roteiro para a implementação;
- Um resumo dos pontos-chave.

Os princípios foram concebidos para serem flexíveis e escaláveis, reconhecendo que as PME do setor do turismo operam em contextos diversos e podem encontrar-se em diferentes fases do seu percurso de sustentabilidade. Não se espera que as empresas implementem todas as ações de imediato. Em vez disso, o quadro incentiva uma abordagem gradual, permitindo que as organizações priorizem as ações de acordo com as suas necessidades, recursos e nível de maturidade. Uma característica fundamental do quadro é a sua perspetiva sistémica. As empresas turísticas não operam isoladamente, mas sim no seio de ecossistemas de destinos interligados que envolvem visitantes, fornecedores, comunidades locais, autoridades públicas e ambientes naturais. Por esta razão, o quadro incentiva as PME a considerarem os impactos e as oportunidades não só no âmbito das suas próprias operações, mas também ao longo das suas cadeias de valor mais amplas e redes de partes interessadas.

O quadro integra igualmente abordagens de mitigação e adaptação. Embora a redução dos impactos ambientais continue a ser essencial, as empresas turísticas devem também reforçar a sua capacidade de antecipar, responder e recuperar de desafios ambientais, sociais e relacionados com o clima. Este duplo enfoque apoia o desenvolvimento de empresas turísticas que sejam não só mais sustentáveis, mas também mais resilientes. Ao proporcionar uma estrutura coerente e orientações práticas, o Quadro de Princípios de Prática apoia as PME do setor do turismo na transição da consciencialização para a sustentabilidade para a ação significativa, contribuindo para um setor do turismo que seja ambientalmente responsável, socialmente inclusivo, economicamente resiliente e preparado para o futuro.



01



PRINCÍPIO 1

Responsabilidade Ambiental

Princípio 1: Responsabilidade Ambiental

Definição

A responsabilidade ambiental refere-se ao compromisso das PME do setor do turismo em reconhecer, gerir e reduzir sistematicamente os seus impactos ambientais em todas as atividades e parcerias. Em termos práticos, isto envolve a gestão do consumo de energia, do consumo de água, da produção de resíduos e da utilização de materiais no âmbito das operações diárias. Promove uma cultura de responsabilização que orienta a tomada de decisões e apoia a melhoria contínua. Neste contexto, as PME assumem a responsabilidade pela sua pegada ambiental como parte do seu desenvolvimento ético e estratégico, indo além da mera conformidade regulamentar.

Este princípio está intimamente ligado à Responsabilidade Social das Empresas (RSE), que se refere à integração de considerações ambientais e sociais nas operações empresariais e nas interações com as partes interessadas. Neste contexto, a responsabilidade ambiental incentiva as PME a ir além do cumprimento regulamentar e a adotar uma abordagem mais estruturada e proativa na gestão dos seus impactos ambientais.

Este princípio contribui também para a resiliência empresarial a longo prazo. Ao integrar as considerações ambientais numa fase inicial, as PME ficam mais bem preparadas para antecipar os desafios ambientais, responder às expectativas em constante evolução do mercado e alinhar-se com a transição mais ampla para a sustentabilidade no setor do turismo. Garante que o impacto ambiental não seja tratado como um subproduto externo da atividade, mas sim como um elemento integrante das práticas empresariais responsáveis e da criação de valor para os destinos, as comunidades e as gerações futuras. O setor do turismo depende, por natureza, da qualidade do ambiente natural, que influencia diretamente a atratividade do destino e a experiência do visitante. A degradação ambiental pode, por isso, comprometer a competitividade e ameaçar a viabilidade a longo prazo dos destinos. É essencial integrar a responsabilidade ambiental nos principais processos de tomada de decisão e nas práticas de gestão, uma vez que permite às PME desenvolver progressivamente as suas capacidades internas, evitar ajustamentos futuros dispendiosos e anteciparem-se às tendências regulamentares, de mercado e de consumo.

Importância

Enfrentar os desafios ambientais e sociais

A responsabilidade ambiental é um princípio fundamental para as PME do setor do turismo, uma vez que este depende diretamente de ecossistemas saudáveis, destinos atrativos e da utilização sustentável dos recursos naturais. Ajuda as empresas a reconhecer e a reduzir a sua contribuição para o esgotamento dos recursos, a poluição, a produção de resíduos e a degradação dos ecossistemas,

fenómenos que são frequentemente amplificados em destinos com elevada densidade de visitantes ou condições naturais frágeis.

Para além dos efeitos ambientais diretos, este princípio contribui também indiretamente para desafios de sustentabilidade mais amplos. De uma perspetiva social, uma má gestão ambiental pode afetar a qualidade de vida das comunidades locais, por exemplo, através do esgotamento de recursos, do aumento dos custos, da escassez de água ou do acesso reduzido a ambientes limpos e saudáveis. Pode também ter impacto nas paisagens culturais e nos locais de património que dependem de um ambiente bem preservado.

O reforço da responsabilidade ambiental ajuda a mitigar estas pressões, promovendo uma utilização mais eficiente e responsável dos recursos. Neste sentido, a responsabilidade ambiental apoia a sustentabilidade mais ampla dos destinos, mesmo que o seu foco principal continue a ser ecológico.



Benefícios para as PME

A adoção da responsabilidade ambiental traz uma série de benefícios tangíveis e estratégicos para as PME do setor do turismo:

- ✓ **Vantagem competitiva:** A responsabilidade ambiental reforça a competitividade das PME, respondendo à crescente procura por parte de viajantes, operadores turísticos e gestores de destinos por serviços de turismo sustentável. Ajuda as empresas a diferenciarem-se num mercado saturado e a alinharem-se com as expectativas dos consumidores orientadas para os valores, particularmente entre os visitantes com consciência ambiental.
- ✓ **Eficiência de custos e melhor desempenho operacional:** Ao gerir sistematicamente os impactos ambientais (tais como energia, água e resíduos), as PME podem reduzir o consumo desnecessário de recursos e melhorar a eficiência operacional. Estas melhorias traduzem-se frequentemente em poupanças diretas de custos e numa gestão quotidiana mais eficiente, o que é particularmente valioso para pequenas empresas com margens financeiras limitadas.
- ✓ **Reputação mais sólida e risco reduzido de «greenwashing»:** Uma abordagem estruturada e transparente à responsabilidade ambiental aumenta a credibilidade e reforça a confiança entre clientes e parceiros. Reduz também o risco de «greenwashing», garantindo que as alegações ambientais se baseiam em práticas consistentes, evidências e melhoria contínua, em vez de ações isoladas ou mensagens de marketing.
- ✓ **Melhor acesso a oportunidades e resiliência a longo prazo:** As PME que demonstram responsabilidade ambiental estão melhor posicionadas para aceder a parcerias, programas de financiamento e esquemas de certificação que incluem, cada vez mais, critérios de sustentabilidade. Isto contribui para a resiliência a longo prazo, ajudando as empresas a adaptarem-se às expectativas em constante mudança do mercado, às tendências regulatórias e à transição mais ampla para a sustentabilidade no turismo.



Ações-chave para as PME

Para implementar a responsabilidade ambiental, as PME do setor do turismo devem concentrar-se nas seguintes áreas de ação fundamentais:

1 Compreender e gerir os impactos ambientais

Desenvolver uma compreensão abrangente de como as atividades empresariais interagem com o ambiente ao longo de toda a cadeia de valor. Isto inclui impactos operacionais diretos (tais como o consumo de energia, o consumo de água e a produção de resíduos), bem como impactos indiretos relacionados com os transportes, as aquisições e o comportamento dos clientes. Adotar uma perspetiva de ciclo de vida ajuda a identificar os pontos de pressão mais significativos e garante que as considerações ambientais sejam sistematicamente integradas na tomada de decisões, incluindo ao nível dos fornecedores, das operações no local e das atividades relacionadas com os clientes.

2 Melhorar a eficiência dos recursos

Comprometer-se a reduzir os impactos ambientais através de ações concretas e mensuráveis em todas as operações. Isto inclui melhorar a eficiência energética (por exemplo, otimizar sistemas de aquecimento e refrigeração, utilizar iluminação e equipamentos energeticamente eficientes), reduzir o consumo de água (por exemplo, instalar dispositivos de poupança de água, reutilizar a água sempre que viável) e minimizar os resíduos (por exemplo, evitar produtos descartáveis, melhorar as práticas de triagem e reciclagem).

3 Reduzir as emissões e os resíduos

As PME também podem reduzir as emissões promovendo opções de transporte com baixas emissões de carbono, recorrendo a fornecedores locais para limitar os impactos do transporte e privilegiando produtos e materiais amigos do ambiente. Sempre que possível, a adoção de soluções de energia renovável e de práticas circulares (reutilização, reparação, reciclagem) reforça ainda mais a redução do impacto. Por exemplo, as PME podem implementar iluminação LED, instalar dispositivos de poupança de água, reduzir os plásticos descartáveis e dar prioridade a fornecedores locais e com certificação ambiental.

4 Integrar a responsabilidade ambiental nas práticas empresariais fundamentais

Ir além de iniciativas isoladas, incorporando considerações ambientais em todas as funções empresariais essenciais, tais como o planeamento estratégico, as decisões de investimento, as aquisições e a conceção de produtos e serviços turísticos. Isto garante a consistência e reforça a responsabilidade ambiental como uma prioridade empresarial a longo prazo.

5 Promover cadeias de valor responsáveis

Alargar a responsabilidade ambiental para além da organização, envolvendo-se ativamente com fornecedores, prestadores de serviços e parceiros. Isto implica selecionar parceiros com base em critérios ambientais, incentivar práticas mais sustentáveis e privilegiar o abastecimento local e de baixo impacto, sempre que possível. O reforço da sustentabilidade da cadeia de valor contribui para reduzir os impactos indiretos e aumenta a credibilidade global da empresa.

6 Envolver as Partes Interessadas na Responsabilidade Ambiental

Promover uma cultura de responsabilidade ambiental, envolvendo ativamente colaboradores, clientes e outras partes interessadas. Isto inclui sensibilizar e capacitar o pessoal, incentivar comportamentos responsáveis entre os visitantes e comunicar compromissos e progressos de forma transparente e consistente. Um envolvimento significativo ajuda a reforçar a confiança, apoia a mudança de comportamentos e consolida a responsabilidade ambiental no ecossistema mais alargado do destino.

Aplicação nos setores do turismo

Ecoturismo

No ecoturismo, a responsabilidade ambiental é um princípio fundamental que garante que as atividades turísticas contribuam ativamente para a proteção dos ambientes naturais, em vez de se limitarem a minimizar os danos. Implica adotar uma abordagem estruturada e responsável na gestão dos impactos ambientais, com forte ênfase na transparência, na monitorização e na melhoria contínua. As PME do setor do turismo podem aplicar este princípio avaliando sistematicamente a sua pegada ambiental e alinhando as suas operações com os objetivos definidos (por exemplo, monitorizar o consumo de energia e água, estabelecer metas de redução, comunicar os progressos).

A responsabilidade ambiental no ecoturismo estende-se também às parcerias e às cadeias de abastecimento. Um pequeno operador turístico, por exemplo, pode optar por trabalhar com guias e fornecedores locais que sigam normas ambientais reconhecidas e pode incluir critérios ambientais no seu processo de seleção. Ao fazê-lo, a empresa assume a responsabilidade não só pelas suas atividades diretas, mas também pelos impactos mais amplos dos seus serviços.

Além disso, este princípio pode ser aplicado através de uma comunicação transparente e de práticas baseadas em dados concretos. Um prestador de serviços de ecoturismo pode partilhar informações com os visitantes sobre a forma como os impactos ambientais são monitorizados e geridos, como, por exemplo, o acompanhamento da redução de resíduos ou o apoio a iniciativas de conservação de habitats. Isto ajuda a criar confiança e garante que as afirmações sobre sustentabilidade são credíveis e assentam em práticas reais.

Turismo cultural

No turismo cultural, a responsabilidade ambiental garante que as atividades turísticas respeitem e protejam as condições ambientais que sustentam o património cultural e a identidade local. Envolve uma abordagem estruturada e responsável à gestão dos impactos ambientais associados aos fluxos de visitantes, às infraestruturas e aos serviços em torno dos locais culturais. As PME do setor do turismo que operam em destinos culturais (tais como cidades históricas, locais de património ou paisagens culturais) podem aplicar este princípio através da monitorização e gestão sistemáticas dos efeitos ambientais das suas atividades.

A responsabilidade ambiental aplica-se também à forma como as PME gerem os impactos relacionados com os visitantes. Uma empresa de visitas guiadas, por exemplo, pode conceber itinerários que reduzam o congestionamento em áreas sensíveis, coordenar-se com as partes interessadas locais e integrar considerações ambientais nas decisões de planeamento. Ao fazê-lo, a empresa assume a responsabilidade pelo seu papel na preservação tanto da qualidade ambiental como da integridade dos espaços culturais. As empresas de turismo cultural também podem apoiar a responsabilidade ambiental através da gestão sustentável de eventos, reduzindo os resíduos em festivais e eventos culturais, promovendo opções de transporte sustentáveis para os visitantes e colaborando com os gestores do património para minimizar a pressão dos visitantes sobre locais culturais sensíveis.

Turismo de Aventura

No turismo de aventura, a responsabilidade ambiental garante que as atividades realizadas em ambientes naturais sejam geridas de forma a manter a integridade do ecossistema e a minimizar os impactos cumulativos ao longo do tempo. Envolve uma abordagem estruturada e responsável para avaliar, monitorizar e gerir os efeitos ambientais das atividades ao ar livre, da utilização de equipamento e do comportamento dos visitantes.

As PME do setor do turismo de aventura podem aplicar este princípio avaliando sistematicamente o impacto ambiental das suas atividades e integrando esta informação no planeamento e nas operações. Por exemplo, um prestador de atividades ao ar livre pode monitorizar o estado dos trilhos ou locais naturais utilizados para excursões, ajustar percursos ou a dimensão dos grupos sempre que necessário e documentar estas decisões como parte de uma abordagem contínua de gestão ambiental. A responsabilidade ambiental aplica-se também à forma como as atividades são organizadas e supervisionadas. Uma empresa de rafting ou de caminhadas, por exemplo, pode estabelecer diretrizes ambientais claras para guias e participantes, acompanhar o cumprimento das mesmas e rever regularmente as práticas para reduzir impactos como a erosão, a perturbação da vida selvagem ou a produção de resíduos. Isto reflete uma forma proativa e responsável de gerir os riscos ambientais associados às experiências ao ar livre.

Além disso, as PME podem alargar a responsabilidade ao seu equipamento e aos seus fornecedores. Por exemplo, uma empresa de turismo de aventura pode selecionar equipamento durável e reparável, monitorizar a sua utilização e ciclo de vida e trabalhar com fornecedores que sigam práticas ambientalmente responsáveis. Isto ajuda a garantir que as considerações ambientais sejam integradas para além da própria atividade. Os prestadores de serviços de turismo de aventura podem partilhar informações com os clientes sobre a forma como os impactos ambientais são geridos e incentivar um comportamento responsável entre os participantes.

Roteiro para a implementação

 Passo 1. Avalie a sua situação ambiental de referência	Comece por identificar e analisar os principais impactos ambientais associados às suas atividades ao longo da cadeia de valor. Isto inclui impactos diretos (consumo de energia, produção de resíduos, etc.) e indiretos (transportes, bens adquiridos, etc.). Uma avaliação simples da situação de referência ajuda a identificar áreas prioritárias de ação e fornece um ponto de referência para melhorias futuras.
 Passo 2. Defina prioridades e estabeleça objetivos mensuráveis	Dê prioridade aos impactos ambientais mais significativos e defina objetivos claros de melhoria. Estes objetivos devem ser realistas, ter prazos definidos e estar alinhados com a capacidade da PME (por exemplo, reduzir o consumo de energia numa percentagem definida, diminuir os resíduos enviados para aterros ou reduzir as emissões de carbono por cliente ou por serviço prestado).
 Passo 3. Estabelecer a governação e as responsabilidades	Defina responsabilidades internas para a gestão ambiental, mesmo em estruturas de pequena dimensão (por exemplo, designar uma pessoa ou equipa responsável por monitorizar o progresso, integrar critérios ambientais na tomada de decisões e garantir um acompanhamento regular ao nível da gestão). Uma governação sólida garante consistência e um compromisso a longo prazo.

 Passo 4. Implementar ações ambientais específicas	Implementar medidas concretas para reduzir os impactos ambientais em áreas prioritárias. As ações devem estar alinhadas com a realidade operacional e ser progressivamente integradas nas práticas empresariais diárias, em vez de serem tratadas como iniciativas isoladas.
 Passo 5. Definir e monitorizar os principais indicadores-chave de desempenho (KPI) ambientais	Selecionar um conjunto de indicadores relevantes para acompanhar o desempenho ambiental ao longo do tempo, permitindo que as PME meçam o progresso, identifiquem ineficiências e apoiem decisões baseadas em dados concretos. Exemplos de KPIs comuns incluem: consumo de energia (kWh por hóspede, por quarto ou por atividade); consumo de água (litros por hóspede-noite ou unidade de serviço); produção de resíduos (kg por cliente, taxa de reciclagem em %); pegada de carbono (kg de CO ₂ e por estadia, por atividade ou por volume de negócios); percentagem de abastecimento local ou sustentável (% das compras)
 Passo 6. Avaliar o desempenho e promover a melhoria contínua	Analise regularmente os resultados dos KPI para avaliar o progresso em relação aos objetivos. Esta avaliação pode ser feita anualmente ou sazonalmente, dependendo dos ciclos de atividade. As PME podem utilizar painéis de controlo simples ou estruturas organizacionais (por exemplo, abordagens inspiradas na norma ISO 14001 ou ferramentas de avaliação de RSE) para identificar lacunas e ajustar as ações. O objetivo é a melhoria contínua, em vez da perfeição imediata.
 Passo 7. Comunicar o progresso de forma transparente	Partilhe os compromissos ambientais, as ações e os resultados de desempenho com as partes interessadas de forma clara e transparente, evitando o «greenwashing». Isto reforça a confiança dos clientes e parceiros.
 Passo 8. Procurar a certificação e o reconhecimento externo	As PME podem aderir a rótulos ambientais ou sistemas de certificação reconhecidos (por exemplo, Rótulo Ecológico da UE, Green Key, ISO 14001, EMAS, etc., ou rótulos de RSE, como o Responsibility Europe) para estruturar a sua abordagem e obter validação externa.

Este roteiro fornece orientações práticas para a implementação da Responsabilidade Ambiental na sua organização. Para uma abordagem mais abrangente à integração da sustentabilidade em todos os aspetos da sua atividade, consulte o «Percurso de Implementação da Sustentabilidade» no final deste Quadro.



Resumo

Definição	A responsabilidade ambiental é o compromisso das PME do setor do turismo em gerir, monitorizar e assumir sistematicamente a responsabilidade pelos seus impactos ambientais, integrando a sustentabilidade nas decisões empresariais fundamentais e no desenvolvimento a longo prazo.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e gerir os impactos ambientais • Reduzir a pegada ambiental • Integrar a sustentabilidade nas operações empresariais • Promover cadeias de valor responsáveis • Envolver as partes interessadas
Princípios relacionados	<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade e recursos naturais • Gestão sustentável dos recursos • Ação climática e resiliência



02



PRINCÍPIO 2

Biodiversidade e Recursos Naturais

Princípio 2: Biodiversidade e Recursos Naturais

Definição

A biodiversidade refere-se à variedade de vida na Terra, incluindo a diversidade de espécies, ecossistemas e recursos genéticos que sustentam ambientes naturais saudáveis e funcionais (Organização Mundial de Saúde, 2018). Os recursos naturais são as matérias-primas e as fontes de energia que ocorrem na natureza sem intervenção humana. Alguns destes recursos são renováveis, mas podem demorar muito tempo a renovar-se: água, vento e luz solar. Outros recursos são não renováveis; existem em quantidade limitada (por exemplo, combustíveis fósseis, minerais, carvão, gás natural). No contexto do turismo sustentável, os recursos naturais e a biodiversidade, tais como os oceanos, as florestas e as montanhas, estão frequentemente no centro dos destinos e das atrações. No entanto, o turismo pode exercer uma pressão significativa sobre estes ambientes. Atividades turísticas mal geridas podem conduzir à destruição de habitats, à perturbação de espécies, à poluição e à sobreexploração dos recursos naturais. Por conseguinte, é essencial minimizar o impacto ambiental do turismo para proteger estes ecossistemas. A proteção da biodiversidade e dos recursos naturais é essencial para manter a qualidade ambiental e as experiências dos visitantes, das quais dependem muitas empresas turísticas.

O turismo contribui com 10 % do produto interno bruto (PIB) da União Europeia (UE). As pequenas e médias empresas (PME) representam a maioria das empresas turísticas na Europa, empregando aproximadamente 12,3 milhões de pessoas. (Parlamento Europeu, 2025) As empresas do setor do turismo estão presentes em diferentes setores, tais como alojamento, transportes, serviços de restauração e entretenimento. Para as PME, tais como restaurantes, prestadores de serviços de alojamento e operadores turísticos, aplicar os princípios da sustentabilidade significa adotar práticas que protejam a biodiversidade e os recursos naturais, continuando ao mesmo tempo a gerar valor económico. Estas empresas desempenham um papel fundamental na definição do impacto do turismo, uma vez que as suas escolhas e práticas podem tanto apoiar a conservação dos ambientes naturais como contribuir para a sua degradação. Proteger a biodiversidade e os recursos naturais não é, portanto, apenas uma responsabilidade ambiental, mas também uma necessidade empresarial para as PME do setor do turismo que procuram manter a atratividade e a resiliência a longo prazo dos destinos.

Importância

Enfrentar os desafios ambientais e sociais

A biodiversidade e os recursos naturais são frequentemente as principais razões pelas quais os visitantes se sentem atraídos por um destino. Ecossistemas saudáveis, paisagens cénicas, vida selvagem, florestas, montanhas, rios e ambientes costeiros constituem a base de muitas experiências turísticas. Consequentemente, o setor do turismo depende fortemente da qualidade e da resiliência dos ambientes naturais. No entanto, o turismo pode exercer uma pressão significativa sobre a

biodiversidade e os recursos naturais se as atividades não forem cuidadosamente geridas. Muitos viajantes são atraídos por áreas ambientalmente sensíveis e frágeis, que podem ser particularmente vulneráveis aos impactos relacionados com o turismo. O desenvolvimento turístico mal gerido pode contribuir para:

- Geração de resíduos e poluição, exercendo pressão sobre os sistemas locais de gestão de resíduos e os ambientes naturais.
- Utilização excessiva dos recursos naturais, incluindo o aumento do consumo de energia e água associado aos transportes, ao alojamento e às instalações turísticas.
- Perturbação dos habitats e degradação dos ecossistemas resultantes do desenvolvimento de infraestruturas, tais como hotéis, estradas, marinas e instalações recreativas.
- Perturbação da vida selvagem e dos habitats naturais devido ao aumento da atividade dos visitantes e a experiências turísticas mal geridas.

O turismo pode, portanto, ser visto como uma faca de dois gumes. Por um lado, pode gerar benefícios económicos que apoiam os esforços de conservação, criam incentivos para a proteção ambiental e sensibilizam para o valor da biodiversidade. Por exemplo, as receitas do turismo podem contribuir para a gestão de áreas protegidas, iniciativas de conservação e programas de educação ambiental. Por outro lado, o desenvolvimento turístico mal gerido pode contribuir para a degradação dos ecossistemas, a poluição, o excesso de turismo e a sobreexploração dos recursos naturais. A investigação sugere que o aumento da atividade turística pode exercer pressão adicional sobre a biodiversidade através da perturbação dos habitats e do aumento do consumo de recursos. No entanto, estes impactos podem ser significativamente reduzidos através de um planeamento adequado, de uma gestão eficaz e de práticas turísticas responsáveis.

Para além dos impactos ambientais, a perda de biodiversidade e o esgotamento dos recursos podem também afetar as comunidades locais. Os ecossistemas degradados podem reduzir o acesso aos recursos naturais, exercer pressão adicional sobre as infraestruturas locais e criar tensões entre o desenvolvimento turístico e as necessidades da comunidade. Proteger a biodiversidade e os recursos naturais é, por conseguinte, essencial não só para a sustentabilidade ambiental, mas também para apoiar o bem-estar da comunidade e a resiliência a longo prazo dos destinos turísticos.



Benefícios para as PME

A adoção de práticas de conservação oferece vários benefícios para as PME do setor do turismo:

- ✓ **Vantagem competitiva:** Os viajantes procuram cada vez mais experiências turísticas que estejam em sintonia com os seus valores ambientais e que apoiem práticas de turismo responsável. As empresas que demonstram um compromisso com a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos podem reforçar o seu posicionamento no mercado, diferenciar-se da concorrência e atrair visitantes com consciência ambiental.
- ✓ **Novas oportunidades de negócio:** A conservação da biodiversidade e dos recursos naturais pode criar novas oportunidades para as empresas turísticas. As PME podem desenvolver experiências com a biodiversidade como tema central, produtos turísticos baseados na natureza, atividades de observação da vida selvagem, visitas educativas ou parcerias com organizações de conservação. Estas atividades podem diversificar a oferta turística, criando simultaneamente fontes adicionais de receitas.

- ✓ Reputação e imagem de marca: A implementação de práticas favoráveis à biodiversidade pode melhorar a reputação de uma PME e reforçar a confiança dos clientes. Compromissos visíveis com a proteção dos ecossistemas locais e dos recursos naturais proporcionam conteúdo valioso para atividades de comunicação e marketing, ajudando as empresas a demonstrar autenticidade e a atrair visitantes que valorizam a sustentabilidade.
- ✓ Resiliência a longo prazo dos destinos: A proteção da biodiversidade e dos recursos naturais ajuda a manter a qualidade ambiental que, em primeiro lugar, atrai os visitantes. Ao apoiar a conservação e o dos ecossistemas e ao reduzir as pressões ambientais, as PME do setor do turismo contribuem para a resiliência e a atratividade a longo prazo dos destinos, ajudando a garantir futuras oportunidades de negócio e a reduzir os riscos associados à degradação ambiental.

Ações-chave para as PME

O que pode a sua empresa fazer na prática? Aqui estão algumas ações simples que pode começar a implementar hoje mesmo:

1 Sensibilizar os turistas para a biodiversidade e os recursos naturais locais

As PME têm frequentemente um profundo conhecimento da sua área local e do seu ambiente natural. Ao partilharem informações sobre a biodiversidade local, os recursos naturais e as práticas de turismo responsável, podem ajudar os visitantes a sentirem-se mais ligados ao destino. Quando os turistas compreendem melhor o ambiente local, é mais provável que se comportem de forma respeitosa e responsável. Estas informações podem ser partilhadas através de abordagens práticas. Por exemplo, os prestadores de serviços de alojamento podem disponibilizar brochuras que destaquem os ecossistemas locais, a vida selvagem e formas simples de os proteger. As visitas guiadas são também uma forma eficaz de educar os visitantes, uma vez que permitem explicações mais aprofundadas e interação. Além disso, as empresas podem promover outras atividades sustentáveis e recomendar parceiros ambientalmente responsáveis na área local.

2 Conceber e Realizar Atividades Turísticas Respeitadoras da Biodiversidade

As empresas devem garantir que as atividades turísticas que oferecem e promovem não prejudiquem os ecossistemas nem contribuam para a exploração insustentável dos recursos naturais. As atividades turísticas podem exercer pressão sobre os ambientes naturais se forem mal concebidas ou geridas. As PME devem, por isso, avaliar os impactos ambientais das atividades que oferecem e dar prioridade àquelas que minimizam os danos à biodiversidade e às paisagens naturais. Isto implica identificar se as atividades decorrem em áreas sensíveis, tais como áreas protegidas ou zonas costeiras. Caso sejam identificados riscos, as empresas devem modificar a atividade ou selecionar locais alternativos que sejam menos sensíveis do ponto de vista ambiental. Além disso, as empresas devem trabalhar com fornecedores e parceiros responsáveis que sigam normas ambientais e princípios de conservação. Os operadores turísticos, guias e prestadores de alojamento podem colaborar com as autoridades responsáveis pelas áreas protegidas, organizações de conservação e comunidades locais para garantir que as atividades turísticas estejam em consonância com a conservação da biodiversidade.

3 Melhorar a eficiência dos recursos e reduzir a pegada ambiental

A utilização eficiente dos recursos naturais é essencial para reduzir a pressão sobre os ecossistemas. As PME do setor do turismo podem implementar medidas para reduzir o consumo de água, o uso de energia e o desperdício de materiais nas suas atividades e instalações. A conservação da água pode ser alcançada através da instalação de chuveiros e torneiras de baixo caudal, da recolha de água da chuva para irrigação e do incentivo aos hóspedes para que reutilizem toalhas e roupa de cama. As medidas de eficiência energética podem incluir a utilização de iluminação energeticamente eficiente, a instalação de sistemas de aquecimento inteligentes, a melhoria do isolamento dos edifícios e a adoção de fontes de energia renováveis, tais como painéis solares. A redução do desperdício é outra forma importante de diminuir a pegada ambiental. As PME podem minimizar a utilização de plásticos descartáveis, disponibilizar caixotes de reciclagem e tentar evitar o desperdício alimentar. Ao melhorar a eficiência na utilização dos recursos, as empresas do setor do turismo podem reduzir os custos operacionais e, ao mesmo tempo, diminuir a sua pegada ambiental.

Aplicação nos setores do turismo

Este princípio pode ser aplicado em diferentes setores do turismo, sendo que cada setor oferece oportunidades únicas para apoiar a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais.

Ecoturismo

De acordo com as Nações Unidas (ONU), o ecoturismo refere-se ao turismo baseado na natureza, centrado na observação e apreciação dos ambientes naturais e das culturas locais, minimizando simultaneamente o impacto ambiental e apoiando os esforços de conservação. Inclui também elementos educativos e interpretativos e é frequentemente prestado por pequenas empresas de propriedade local. Dado este enfoque, a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais são fundamentais para o ecoturismo. As PME que operam neste setor estão, normalmente, já conscientes da necessidade de minimizar o impacto ambiental e de integrar ativamente a sustentabilidade nas suas estratégias e atividades empresariais.

Turismo cultural

De acordo com a ONU, o turismo cultural envolve atividades em que os visitantes procuram aprender, descobrir e vivenciar o património cultural tangível e intangível de um destino, incluindo tradições, património, artes e modos de vida. O património cultural está frequentemente intimamente ligado aos ambientes naturais e aos conhecimentos tradicionais sobre gestão de recursos. Muitos locais de interesse cultural situam-se em áreas moldadas pelos ecossistemas locais. As PME do setor do turismo podem apoiar a biodiversidade promovendo alimentos produzidos localmente, artesanato e produtos sustentáveis que dependem de recursos naturais geridos de forma responsável. Ao apoiar os produtores locais e o conhecimento tradicional, as empresas contribuem para a preservação tanto do património cultural como da biodiversidade. As empresas de turismo cultural podem também incentivar os visitantes a explorar as paisagens culturais de forma responsável, ajudando a preservar tanto o património local como os ambientes naturais que o sustentam.



Turismo de aventura

O turismo de aventura decorre normalmente em paisagens naturais e envolve atividades físicas como caminhadas, escalada, rafting ou mergulho. Combina frequentemente o desafio físico com a interação e o envolvimento com a natureza. Como estas atividades ocorrem diretamente em ambientes naturais, oferecem excelentes oportunidades para promover comportamentos responsáveis. As PME desempenham um papel importante na sensibilização dos visitantes para a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. Na prática, isto pode incluir incentivar os visitantes a respeitar a vida selvagem (por exemplo, não alimentar os animais), a permanecer nos trilhos designados para evitar a erosão e a não deitar lixo no chão. Através destas ações, as empresas ajudam a garantir que os ambientes naturais possam ser desfrutados de forma sustentável pelas gerações futuras.



Roteiro para a implementação

Passo 1: Avaliar os impactos na biodiversidade e nos recursos	Analise as suas operações atuais para identificar de que forma a sua empresa pode afetar a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais locais. Considere os impactos diretos (por exemplo, utilização da água, produção de resíduos, atividades dos visitantes) e os impactos indiretos (por exemplo, cadeias de abastecimento, transportes, aquisições). Identifique áreas-chave para melhoria e estabeleça uma base de referência para ações futuras.
Passo 2: Definir objetivos de biodiversidade e conservação de recursos	Defina objetivos realistas e mensuráveis, alinhados com as suas atividades empresariais. Os exemplos podem incluir a redução do consumo de água, a eliminação de plásticos descartáveis, a aquisição de produtos mais sustentáveis, o apoio a iniciativas locais de conservação ou o aumento da sensibilização dos visitantes para a biodiversidade.
Passo 3: Adaptar as operações e os serviços turísticos	Integre as considerações relativas à biodiversidade nas operações diárias e nas experiências turísticas. Isto pode envolver a redução do consumo de recursos, a seleção de fornecedores sustentáveis, a reformulação de atividades para minimizar o impacto ambiental ou a introdução de práticas favoráveis à biodiversidade em todas as instalações e serviços.
Passo 4: Educar e Envolver os Visitantes	Forneça aos visitantes informações sobre os ecossistemas locais, a vida selvagem e comportamentos responsáveis. Incentive práticas como permanecer nos trilhos designados, reduzir o desperdício, respeitar a vida selvagem e apoiar os esforços locais de conservação.
Passo 5: Formar o pessoal e colaborar com as partes interessadas	Sensibilize os colaboradores para a biodiversidade e a gestão dos recursos naturais. Trabalhe com fornecedores, organizações de conservação, gestores de áreas protegidas, comunidades locais e outras partes interessadas para reforçar os esforços de proteção da biodiversidade e partilhar boas práticas.
Passo 6: Monitorizar o progresso e medir o impacto	Acompanhe o progresso utilizando indicadores simples, tais como o consumo de água e energia, a produção de resíduos, a participação dos visitantes em iniciativas ambientais, as atividades relacionadas com a biodiversidade oferecidas ou as parcerias estabelecidas com organizações de conservação. O acompanhamento regular ajuda a identificar os sucessos e as áreas a melhorar.



Passo 7: Comunicar e melhorar continuamente

Partilhe as suas ações e conquistas com visitantes, parceiros e comunidades locais através de sítios Web, redes sociais, declarações de sustentabilidade ou comunicação no local. Utilize o feedback e os resultados do acompanhamento para aperfeiçoar a sua abordagem e identificar novas oportunidades para apoiar a conservação da biodiversidade.

Este roteiro fornece orientações práticas para a implementação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais na sua organização. Para uma abordagem mais abrangente à integração da sustentabilidade em todos os aspetos do seu negócio, consulte o Percorso de Implementação da Sustentabilidade no final deste Quadro.



Resumo

Definição	<i>A «Biodiversidade e Recursos Naturais» refere-se à proteção, gestão responsável e utilização sustentável dos ecossistemas, espécies e recursos naturais que sustentam os destinos turísticos e as comunidades locais</i>
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os visitantes sobre a biodiversidade e os recursos naturais locais • Conceber e realizar atividades turísticas que respeitem a biodiversidade • Melhorar a eficiência dos recursos e reduzir a pegada ambiental
Princípios relacionados	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade ambiental • Gestão sustentável dos recursos • Ação climática e resiliência





03



PRINCÍPIO 3

Sustentabilidade Cultural

Princípio 3: Sustentabilidade Cultural

Definição

A sustentabilidade cultural no turismo refere-se à proteção, preservação e integração significativa do património cultural, das identidades, das tradições e das expressões criativas no âmbito do desenvolvimento e das experiências turísticas. Assegura que as atividades turísticas respeitem a integridade cultural dos destinos, contribuam para a salvaguarda do património material e imaterial e apoiem a continuidade das práticas culturais ao longo das gerações. No contexto das PME do setor do turismo, a sustentabilidade cultural implica reconhecer a cultura não apenas como um recurso a ser consumido, mas como uma dimensão viva e em evolução das comunidades que requer respeito, colaboração e gestão responsável. Envolve trabalhar com as partes interessadas locais para garantir que os elementos culturais sejam representados com precisão, interpretados com respeito e partilhados de forma a gerar valor para as comunidades que os detêm.

Este princípio salienta também a necessidade de evitar a mercantilização, a simplificação ou a deturpação da cultura. As experiências turísticas não devem reduzir a cultura a narrativas estereotipadas ou comercializadas, mas sim refletir a sua diversidade, complexidade e relevância contemporânea. A sustentabilidade cultural requer, portanto, um equilíbrio entre a acessibilidade para os visitantes e a autenticidade para as comunidades locais. A aplicação deste princípio significa que as PME do setor do turismo contribuem para manter a diversidade cultural, reforçar a identidade local e garantir que o turismo se torne um motor de continuidade cultural, em vez de erosão. Ao fazê-lo, as empresas ajudam a criar experiências autênticas para os visitantes, ao mesmo tempo que apoiam a vitalidade a longo prazo das comunidades locais.

Importância

A sustentabilidade cultural é um pilar fundamental do turismo sustentável, uma vez que aborda a relação entre o desenvolvimento turístico e a preservação da identidade cultural, do património e do bem-estar da comunidade. Em toda a Europa, o turismo está intimamente ligado a bens culturais como locais históricos, tradições, gastronomia, línguas e indústrias criativas, os quais contribuem significativamente para a identidade regional e a atratividade dos destinos. No entanto, o turismo também pode gerar pressões sobre os sistemas culturais se não for gerido de forma responsável. Estas pressões podem incluir a utilização excessiva de locais patrimoniais, a perda de autenticidade através da comercialização, o deslocamento de práticas locais e a transformação de culturas vivas em representações simplificadas ou encenadas, concebidas principalmente para os visitantes. Em alguns casos, o turismo pode contribuir para a erosão da identidade local, particularmente quando narrativas externas e interesses comerciais se sobrepõem às vozes locais e às prioridades da comunidade. A sustentabilidade cultural procura dar resposta a estes desafios, garantindo que o turismo respeita, protege e celebra as características culturais que tornam os destinos únicos. Isto requer uma colaboração ativa com as comunidades locais, organizações culturais, artistas, artesãos, profissionais do património e outras partes interessadas, para assegurar que os elementos culturais sejam

representados com precisão, interpretados com respeito e partilhados de forma a gerar valor para a população local. Quando gerido de forma responsável, o turismo pode desempenhar um papel positivo no apoio à sustentabilidade cultural ao:

- Revitalizar práticas e ofícios tradicionais;
- Apoiar a transmissão cultural entre gerações;
- Criar oportunidades económicas ligadas à produção cultural;
- Aumentar a sensibilização e a valorização da diversidade cultural;
- reforçar o orgulho e a identidade da comunidade.



Benefícios para as PME

A integração da sustentabilidade cultural nas operações turísticas oferece vários benefícios para as PME:

- ✓ **Diferenciação e competitividade:** as experiências autênticas e ligadas ao local são cada vez mais valorizadas pelos visitantes que procuram experiências de viagem significativas e imersivas. Ao dar a conhecer a cultura local de forma respeitosa e envolvente, as PME podem diferenciar-se da concorrência e reforçar o seu posicionamento no mercado.
- ✓ **Ligações mais fortes com as comunidades locais:** O envolvimento significativo com as comunidades locais, as organizações culturais e as partes interessadas no património ajuda a construir confiança, a reforçar parcerias e a criar oportunidades de colaboração. Estas relações podem melhorar a qualidade e a autenticidade das experiências turísticas, ao mesmo tempo que apoiam o desenvolvimento local.
- ✓ **Resiliência dos destinos e atratividade a longo prazo:** A proteção dos bens culturais ajuda a manter o carácter e a identidade únicos dos destinos. Ao contribuírem para a preservação do património cultural e das tradições, as PME apoiam a atratividade, a resiliência e a sustentabilidade a longo prazo dos locais onde operam.
- ✓ **Alinhamento com as tendências emergentes dos mercados e das políticas:** O turismo cultural responsável é cada vez mais reconhecido e promovido a nível europeu e internacional. As PME que integram a sustentabilidade cultural nas suas operações estão melhor posicionadas para responder às expectativas em constante evolução dos visitantes, aceder a oportunidades de financiamento, desenvolver parcerias estratégicas e alinhar-se com prioridades de sustentabilidade mais amplas.



Ações-chave para as PME



1 Integrar o património cultural local nos produtos e serviços turísticos

As PME devem conceber experiências que reflitam as características culturais específicas do destino, incluindo tradições, história, gastronomia, língua e expressões criativas. Isto requer ir além de ofertas genéricas e incorporar elementos que sejam únicos do local. Na prática, isto pode envolver o desenvolvimento de experiências guiadas baseadas em narrativas locais, a incorporação de receitas tradicionais nos serviços de hospitalidade ou a valorização do artesanato e das práticas artísticas locais. A colaboração com especialistas locais e agentes culturais é essencial para garantir a autenticidade.

2 Colaborar com as partes interessadas culturais locais e as comunidades

As empresas de turismo devem envolver-se ativamente com as comunidades locais, organizações culturais, artistas, artesãos e profissionais do património na conceção e realização de experiências turísticas. Esta colaboração garante que a representação cultural seja precisa e respeitosa, permitindo simultaneamente que os intervenientes locais beneficiem económica e socialmente do turismo. Pode incluir a cocriação de produtos, eventos conjuntos ou parcerias de longo prazo.

3 Apoiar e promover a produção cultural local

As PME devem dar prioridade à utilização e promoção de bens e serviços produzidos localmente, incluindo alimentos, artesanato, produtos artísticos e atividades culturais. Isto não só apoia as economias locais, como também contribui para a preservação do conhecimento tradicional e dos métodos de produção. Por exemplo, oferecer produtos de origem local ou trabalhar com produtores locais reforça a ligação entre o turismo e a sustentabilidade cultural.

4 Fornecer interpretação precisa, contextualizada e respeitosa

Os visitantes devem receber informações que os ajudem a compreender o significado cultural do destino. Isto inclui fornecer contexto, evitar estereótipos e explicar o comportamento adequado. A interpretação pode assumir a forma de visitas guiadas, materiais informativos, narração de histórias ou ferramentas digitais. O objetivo é fomentar a compreensão e o respeito, em vez do consumo superficial.

5 Garantir uma representação ética e evitar a mercantilização cultural

As PME devem avaliar criticamente a forma como os elementos culturais são apresentados e garantir que estes não sejam explorados, distorcidos ou reduzidos a produtos puramente comerciais.

Isto implica respeitar as sensibilidades culturais, reconhecer a propriedade das tradições pela comunidade e evitar práticas que possam ser percebidas como inadequadas ou exploradoras.

Aplicação nos setores do turismo

Ecoturismo

No ecoturismo, a sustentabilidade cultural está intimamente ligada à relação entre as comunidades e o seu ambiente natural. As PME do setor do turismo que operam em áreas rurais ou protegidas podem integrar o conhecimento ecológico tradicional nas experiências dos visitantes, ajudando-os a compreender como as comunidades locais têm, historicamente, interagido com os recursos naturais e gerido os mesmos. Isto pode envolver a colaboração com os residentes para explicar práticas tradicionais de utilização da terra, tais como a agricultura, a silvicultura ou o pastoreio, ou a oferta de workshops que mostrem competências tradicionais, como a fitoterapia, a conservação de alimentos ou o artesanato. Por exemplo, um alojamento ecológico pode organizar visitas com agricultores ou pastores locais, permitindo aos visitantes compreender como as práticas culturais moldaram a paisagem circundante e continuam a contribuir para a sua gestão responsável atualmente.

Turismo Cultural

O turismo cultural depende diretamente do património, das tradições e da identidade local, tornando a sustentabilidade cultural particularmente importante. As PME do setor do turismo podem apoiar este

princípio trabalhando em estreita colaboração com historiadores locais, organizações culturais, artistas e membros da comunidade, para garantir que as experiências turísticas reflitam perspectivas locais autênticas. Isto pode envolver a cocriação de conteúdos turísticos, a incorporação de vozes diversas na narrativa e a garantia de que as atividades dos visitantes respeitem a vida quotidiana dos residentes locais. Por exemplo, uma visita guiada desenvolvida em parceria com membros da comunidade pode ajudar os visitantes a compreender tanto o significado histórico de um local como a sua relevância cultural contemporânea, criando uma experiência mais rica e significativa.

Turismo de aventura

No turismo de aventura, a sustentabilidade cultural pode melhorar as experiências dos visitantes, reforçando as ligações entre as atividades físicas e os locais onde estas ocorrem. As PME do setor do turismo podem incorporar histórias, tradições e marcos culturais locais em caminhadas, passeios de bicicleta, rafting ou outras experiências de aventura, ajudando os visitantes a desenvolver uma apreciação mais profunda do destino. As empresas podem também colaborar com as comunidades locais no que diz respeito a alojamento, restauração ou serviços de guias, garantindo que o turismo gera benefícios a nível local, ao mesmo tempo que apoia a continuidade cultural. Por exemplo, um operador de turismo de montanha pode incluir visitas a aldeias locais como parte de uma experiência de caminhada, permitindo que os visitantes interajam com os residentes e aprendam sobre os costumes e tradições locais, a par da atividade ao ar livre.

Roteiro para a implementação

	Passo 1: Identificar os bens culturais	Mapeie os recursos culturais tangíveis e intangíveis relevantes para as suas atividades turísticas, incluindo locais de património, tradições, artesanato, gastronomia, línguas e histórias locais.
	Passo 2: Envolver as comunidades e as partes interessadas no domínio cultural	Consulte as comunidades locais, as organizações culturais, os artistas, os artesãos e os especialistas em património para garantir uma representação precisa e respeitosa.
	Passo 3: Integrar a cultura nas experiências turísticas	Desenvolva produtos e serviços que incorporem de forma autêntica elementos culturais locais e reflitam a identidade única do destino.
	Passo 4: Formar o pessoal e os visitantes	Desenvolva produtos e serviços que incorporem de forma autêntica elementos culturais locais e reflitam a identidade única do destino.
	Passo 5: Apoiar a produção cultural local	Dê prioridade a fornecedores, produtores, artistas e profissionais da cultura locais, sempre que possível, para reforçar os ecossistemas culturais locais.
	Passo 6: Monitorizar e melhorar	Recolha feedback dos visitantes, das comunidades e das partes interessadas no setor cultural para avaliar a autenticidade, a satisfação dos visitantes e os benefícios para a comunidade. Utilize as conclusões para melhorar continuamente a sua abordagem.



Resumo

Definição	Preservação, promoção e integração respeitosa do património cultural e da identidade nas atividades turísticas.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none">• Integrar a cultura local nas experiências turísticas.• Colaborar com as comunidades locais.• Fornecer aos visitantes informação cultural respeitosa e precisa.
Princípios relacionados	<ul style="list-style-type: none">• Empoderamento da comunidade e inclusão social• Educação e Envolvimento dos Visitantes• Biodiversidade e recursos naturais



04



PRINCÍPIO 4

Gestão Sustentável dos Recursos

Princípio 4: Gestão Sustentável dos Recursos

Definição

A gestão sustentável dos recursos refere-se à utilização responsável dos recursos naturais de forma a satisfazer as necessidades atuais, preservando simultaneamente os recursos para as gerações futuras (Nações Unidas). Quadros internacionais, como a [Classificação-Quadro das Nações Unidas para os Recursos \(UNFC\)](#) e o [Sistema de Gestão de Recursos das Nações Unidas \(UNRMS\)](#), promovem a gestão sustentável e eficiente dos recursos naturais em todos os setores.

No setor do turismo, isto implica equilibrar o crescimento económico com a proteção ambiental e a responsabilidade social, garantindo que as atividades turísticas utilizem os recursos de forma eficiente e minimizem os impactos negativos nos destinos e nas comunidades locais. Para as PME do setor do turismo, a gestão sustentável dos recursos centra-se na redução do consumo de energia, água e materiais, minimizando simultaneamente os resíduos e a poluição. Incentiva as empresas a melhorar a eficiência operacional, a adotar práticas mais sustentáveis e a fazer melhor uso dos recursos disponíveis, sem comprometer a qualidade das experiências dos visitantes.

Para ser eficaz, a gestão sustentável dos recursos deve ser integrada tanto nas estratégias empresariais como nas operações diárias. Ao fazê-lo, as PME do setor do turismo podem reduzir custos, reforçar a resiliência e contribuir para a sustentabilidade a longo prazo dos destinos de que dependem.

Importância

Enfrentar os desafios ambientais, sociais e económicos

A gestão sustentável dos recursos é um princípio fundamental para enfrentar muitos dos desafios ambientais, sociais e económicos com que o setor do turismo se depara atualmente. As atividades turísticas requerem frequentemente quantidades significativas de energia, água, materiais e infraestruturas, o que exerce pressão sobre os recursos e ecossistemas locais, caso não sejam geridas de forma responsável.

De uma perspetiva ambiental, o turismo pode aumentar a procura por recursos naturais e contribuir para a geração de resíduos, a poluição e a degradação dos ecossistemas. Exemplos incluem o elevado consumo de água para piscinas, paisagismo e instalações de alojamento em áreas que já enfrentam escassez de água, bem como as necessidades energéticas significativas associadas aos transportes, aos serviços de hospitalidade e às infraestruturas turísticas. Se não forem geridas, estas pressões podem contribuir para o esgotamento dos recursos e para danos ambientais a longo prazo.

O consumo de recursos pode também criar desafios sociais e culturais. Em destinos onde os recursos são limitados, o aumento da procura resultante do turismo pode exercer pressão adicional sobre as comunidades locais e contribuir para o aumento dos custos. Uma má gestão dos recursos pode

igualmente afetar negativamente os bens culturais e patrimoniais através da poluição, da sobrelotação e da degradação ambiental, reduzindo a qualidade e a atratividade dos destinos ao longo do tempo. Ao melhorar a eficiência com que os recursos são utilizados, as PME turísticas podem ajudar a reduzir estas pressões, contribuindo simultaneamente para a proteção dos bens naturais e culturais. A gestão sustentável dos recursos desempenha, portanto, um papel importante no apoio tanto à sustentabilidade dos destinos como à resiliência empresarial a longo prazo.



Benefícios para as PME

A integração da gestão sustentável dos recursos nas operações empresariais oferece vários benefícios para as PME do setor do turismo.

- ✓ **Poupança de custos:** A redução do consumo de energia, água e materiais pode diminuir significativamente os custos operacionais. Embora algumas medidas possam exigir um investimento inicial, como a melhoria do isolamento, a instalação de sistemas de energia renovável ou a modernização de equipamentos, estas melhorias geram frequentemente poupanças substanciais a longo prazo.
- ✓ **Maior eficiência operacional:** A utilização eficiente dos recursos ajuda as empresas a otimizar as operações, reduzir o desperdício e melhorar o desempenho global. Isto pode conduzir a um melhor planeamento dos recursos, a custos de manutenção mais baixos e a uma gestão quotidiana mais eficaz.
- ✓ **Vantagem competitiva:** A sustentabilidade está a tornar-se um fator cada vez mais importante na tomada de decisões dos visitantes. As empresas turísticas que implementam e promovem práticas de gestão sustentável dos recursos podem reforçar a sua reputação, atrair viajantes com consciência ambiental e diferenciar-se da concorrência.
- ✓ **Maior resiliência empresarial:** A redução da dependência de recursos escassos ou dispendiosos ajuda as empresas a adaptarem-se ao aumento dos custos, às alterações regulamentares e a futuras restrições de recursos. Isto reforça a resiliência a longo prazo e apoia o crescimento sustentável das empresas.



Ações-chave para as PME

O que pode a sua empresa fazer na prática? Aqui estão algumas ações simples que pode começar a implementar hoje mesmo:



1 Melhorar a eficiência energética e fazer a transição para as energias renováveis

O primeiro passo para as PME é avaliar o seu consumo energético atual e identificar áreas onde a eficiência pode ser melhorada. As melhorias podem ser implementadas a diferentes níveis, tais como melhorar o isolamento (por exemplo, substituir janelas), modernizar os sistemas de iluminação (por exemplo, instalar iluminação LED ou sensores de movimento) e otimizar os sistemas de aquecimento (por exemplo, bombas de calor, termóstatos programáveis ou inteligentes). Sempre que possível, as PME devem fazer a transição para fontes de energia renováveis, como painéis solares, para reduzir as emissões de carbono e os custos energéticos a longo prazo.

2 Reduzir o consumo de água e melhorar a gestão da água

A água é um recurso essencial no turismo, particularmente no setor hoteleiro. As PME podem reduzir o consumo de água instalando torneiras e chuveiros de baixo caudal e utilizando sinais visuais simples (por exemplo, torneiras que mudam de cor ou sinalética) para incentivar uma utilização mais responsável por parte dos hóspedes. Medidas adicionais podem incluir a reutilização da água da chuva para irrigação ou paisagismo. A manutenção regular é também essencial para prevenir fugas e garantir uma utilização eficiente da água.

3 Melhorar a gestão de resíduos (práticas circulares)

A gestão de resíduos constitui um desafio fundamental no setor do turismo. As PME devem procurar reduzir os resíduos na origem, evitando produtos descartáveis, especialmente plásticos, e optando por alternativas reutilizáveis. É essencial implementar sistemas de reciclagem claros, tanto para os hóspedes como para os funcionários. A compostagem de resíduos orgânicos, particularmente nos serviços relacionados com a alimentação, pode reduzir significativamente o volume total de resíduos. As PME podem também adotar práticas circulares, reutilizando materiais, reparando equipamentos e colaborando com fornecedores que minimizem as embalagens.

4 Abastecimento Responsável

O abastecimento responsável é uma parte importante da gestão sustentável dos recursos. As PME devem dar prioridade a produtos locais, sazonais e produzidos de forma sustentável, o que ajuda a reduzir as emissões do transporte e apoia as economias locais. A escolha de produtos certificados ou com rótulo ecológico pode garantir que os produtos cumprem as normas ambientais. Além disso, a gestão eficiente do inventário e a prevenção de compras em excesso podem ajudar a reduzir o desperdício e a utilização desnecessária de recursos.

Aplicação nos setores do turismo

A gestão sustentável dos recursos pode ser aplicada em diferentes setores do turismo, apresentando cada um deles desafios e oportunidades específicos, dependendo da forma como interage com os recursos naturais e culturais.

Ecoturismo:

A gestão sustentável dos recursos é um princípio fundamental do ecoturismo. O ecoturismo visa minimizar os impactos ambientais, contribuindo simultaneamente para a conservação das áreas naturais e para o bem-estar das comunidades locais. De acordo com o estudo «O ecoturismo como estratégia de desenvolvimento sustentável: explorando o papel da gestão dos recursos naturais» (2024), as iniciativas de ecoturismo bem geridas podem contribuir diretamente para o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, apoiando os esforços de conservação, gerando benefícios económicos e aumentando a consciência ambiental entre os visitantes e as comunidades locais (Tilavova et al.).

Uma das principais conclusões do estudo é a importância do envolvimento da comunidade local no planeamento, desenvolvimento e gestão das atividades turísticas. O envolvimento das comunidades locais ajuda a garantir que as estratégias de gestão de recursos sejam adequadas ao contexto local, ao

mesmo tempo que gera benefícios sociais e económicos. O estudo destaca também o valor das abordagens de gestão adaptativa, incentivando as PME do setor do turismo a monitorizar regularmente os impactos ambientais e a ajustar as suas práticas sempre que necessário. Por exemplo, as empresas podem limitar o número de visitantes em áreas sensíveis, modificar atividades durante determinadas épocas do ano para proteger a vida selvagem ou implementar medidas para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos.



Turismo cultural:

No turismo cultural, a gestão sustentável dos recursos centra-se na preservação do património cultural, garantindo simultaneamente que as atividades turísticas não sobrecarreguem as comunidades locais nem prejudiquem os bens históricos. Os recursos, neste contexto, incluem locais físicos, como monumentos e museus, mas também o património imaterial, como tradições, línguas e conhecimentos locais. Um dos principais desafios do turismo cultural é a gestão do número de visitantes, para evitar a sobrelotação e o excesso de turismo. Elevados volumes de turistas podem causar danos físicos aos locais patrimoniais, aumento dos resíduos e da poluição, bem como perturbações na vida local. Tal como no ecoturismo, as PME podem dar resposta a esta situação através da implementação de estratégias de gestão de visitantes (por exemplo, promovendo viagens fora da época alta).



Turismo de aventura :

O turismo de aventura decorre frequentemente em ambientes naturais remotos ou frágeis, tais como montanhas, florestas, rios ou zonas costeiras. Estes locais podem ser particularmente vulneráveis a danos ambientais, e a gestão de recursos pode revelar-se mais desafiante devido às infraestruturas e ao acesso limitados. As PME deste setor devem adotar práticas de gestão de recursos para minimizar a sua pegada ambiental. A gestão de resíduos é essencial: as empresas devem implementar os princípios de «não deixar rasto», garantindo que todos os resíduos sejam reduzidos ao máximo e removidos da natureza. Isto inclui, por exemplo, minimizar as embalagens e utilizar equipamento reutilizável.

Além disso, as PME devem gerir cuidadosamente a intensidade e a escala das atividades para evitar a sobreutilização das áreas naturais. Mais uma vez, isto pode envolver a limitação e a regulamentação do tamanho dos grupos ao longo da época ou evitar completamente os ecossistemas sensíveis. Ao fazê-lo, ajudam a preservar os recursos naturais dos quais os seus negócios dependem, garantindo a sustentabilidade a longo prazo.



Roteiro para a implementação

Passo 1: Avaliar a utilização atual dos recursos	Analise a forma como a sua empresa utiliza atualmente a energia, a água, os materiais e outros recursos essenciais. Identifique áreas de elevado consumo, ineficiências e oportunidades de melhoria.
Passo 2: Definir objetivos claros e exequíveis	Estabeleça objetivos de sustentabilidade realistas, tais como reduzir o consumo de água, melhorar a eficiência energética, minimizar os resíduos ou aumentar a utilização de produtos e serviços sustentáveis.
Passo 3: Melhorar a eficiência operacional	Implemente medidas práticas para otimizar as operações diárias. Isto pode incluir a modernização de equipamentos, a melhoria do isolamento, a redução do consumo desnecessário e a introdução de processos mais eficientes.



	Passo 4: Adotar recursos sustentáveis e práticas circulares	Sempre que possível, faça a transição para energias renováveis, produtos com rótulo ecológico, materiais reutilizáveis e bens de origem local. Explore oportunidades para reduzir os resíduos através da reutilização, reparação, reciclagem e outras práticas circulares.
	Passo 5: Formar o pessoal e envolver as partes interessadas	Assegure-se de que os colaboradores compreendem as práticas de sustentabilidade e o seu papel na implementação das mesmas. Envolve fornecedores, parceiros e partes interessadas locais para apoiar operações sustentáveis e eficientes em termos de recursos.
	Passo 6: Monitorizar o desempenho e medir o progresso	Acompanhe o progresso utilizando indicadores como o consumo de energia, o consumo de água, a produção de resíduos, as taxas de reciclagem ou as práticas de aquisição. Utilize os resultados para identificar sucessos e áreas que necessitem de melhorias adicionais.
	Passo 7: Comunicar o progresso e incentivar a participação	Partilhe as ações e conquistas em matéria de sustentabilidade com visitantes, colaboradores, fornecedores e comunidades locais através de sítios Web, redes sociais, declarações de sustentabilidade ou comunicação no local. Incentive outras pessoas a participar e a apoiar os seus esforços de sustentabilidade.

Resumo

Definição	A gestão sustentável dos recursos envolve a utilização eficiente de energia, água, materiais e outros recursos para satisfazer as necessidades atuais, preservando simultaneamente os recursos para as gerações futuras.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficiência energética e fazer a transição para as energias renováveis • Reduzir o consumo de água e melhorar a gestão da água • Melhorar a gestão de resíduos e adotar práticas circulares • Adquirir produtos de forma responsável
Princípios relacionados	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade ambiental • Biodiversidade e Recursos Naturais • Ação Climática e Resiliência



05



PRINCÍPIO 5

Capacitação da Comunidade e Inclusão Social

Princípio 5: Capacitação da Comunidade e Inclusão Social

Definição

O empoderamento comunitário e a inclusão social no turismo referem-se à participação ativa, à representação justa e aos benefícios significativos para as comunidades locais e os grupos sub-representados no planeamento, na execução, no emprego e na tomada de decisões no setor do turismo. No contexto do turismo sustentável, este princípio significa que o turismo não deve ser desenvolvido apenas para os locais e as pessoas, mas também com eles. Para as PME do setor do turismo, este princípio implica reconhecer que a atividade turística tem consequências sociais, para além das económicas e ambientais. Uma empresa turística socialmente inclusiva procura reduzir as barreiras à participação, criar oportunidades dignas e justas, valorizar o conhecimento local e garantir que a população local não seja tratada meramente como prestadora de serviços ou cenário de fundo para a experiência do visitante. Em vez disso, é reconhecida como titular de direitos, parceira, detentora de conhecimento, trabalhadora, empreendedora e cocriadora de valor turístico.

O empoderamento da comunidade vai além da consulta. Significa capacitar a população local para influenciar as decisões que a afetam, para participar em oportunidades relacionadas com o turismo em condições justas e para reforçar as suas próprias capacidades, confiança e autonomia através do turismo. A inclusão social significa garantir que o turismo seja acessível e benéfico para pessoas que são frequentemente excluídas ou marginalizadas, tais como mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, migrantes, minorias étnicas, grupos de baixos rendimentos, trabalhadores sazonais ou residentes em zonas rurais remotas. Em termos práticos, uma PME do setor do turismo que aplique este princípio colocará questões como: Quem beneficia do nosso negócio? Quem fica de fora? A população local está envolvida na definição da oferta aos visitantes? O recrutamento, as condições de trabalho e as parcerias são justos e inclusivos? Os nossos serviços são acessíveis a diferentes visitantes e participantes locais? Estamos a contribuir para o valor social local ou apenas a extrair valor do destino?

O empoderamento da comunidade e a inclusão social são, portanto, essenciais para um modelo de turismo que seja justo, enraizado no local, participativo e resiliente. Ajudam as PME a criar experiências turísticas que não sejam apenas atrativas para os visitantes, mas também legítimas, dignas de confiança e benéficas para as comunidades em que operam.

Importância

Abordar os desafios sociais e comunitários

Este princípio é importante porque o turismo pode tanto fortalecer as comunidades como agravar as desigualdades existentes. Em muitos destinos, o turismo cria empregos, gera rendimentos e dá visibilidade aos locais. No entanto, se for mal gerido, pode também excluir os residentes da tomada de decisões, concentrar os lucros nas mãos de poucos, aumentar a pressão sobre a habitação e os serviços,

reforçar estereótipos, criar emprego mal remunerado ou precário e reduzir o controlo da comunidade sobre o desenvolvimento local.

Numa perspetiva de sustentabilidade, o turismo não pode ser considerado verdadeiramente sustentável se os seus benefícios sociais forem fracos, desiguais ou capturados por agentes externos. Um destino pode parecer ambientalmente atraente e economicamente ativo, mas continuar a ser socialmente frágil se os residentes se sentirem excluídos, se os trabalhadores locais forem mal tratados ou se o desenvolvimento turístico comprometer a coesão comunitária. Por esta razão, a dimensão social do turismo é tão importante quanto a ambiental.

Para as PME, o empoderamento da comunidade e a inclusão social não são apenas responsabilidades éticas; são também considerações empresariais práticas. As empresas turísticas dependem da qualidade, estabilidade e atratividade dos locais onde operam. Se os residentes sentirem que o turismo é injusto, explorador ou perturbador, as tensões sociais podem aumentar e a reputação do destino pode ser prejudicada. Em contrapartida, quando as comunidades se sentem envolvidas e respeitadas, é mais provável que as empresas conquistem confiança, apoio local, parcerias mais sólidas e um ambiente operacional mais resiliente.



Benefícios para as PME

A integração do empoderamento da comunidade e da inclusão social nas operações turísticas oferece vários benefícios para as PME.

- ✓ **Maior legitimidade empresarial e confiança local:** as empresas que trabalham de forma transparente com as comunidades locais têm mais probabilidades de construir credibilidade, confiança e relações positivas a longo prazo. Isto pode reduzir conflitos, reforçar o apoio local e criar um ambiente operacional mais estável.
- ✓ **Experiências de visita de melhor qualidade e mais distintivas:** Quando as experiências turísticas são orientadas pela população local, tendem a ser mais autênticas, relevantes e enraizadas no local. Isto pode melhorar a satisfação dos visitantes, ao mesmo tempo que ajuda as empresas a diferenciarem-se num mercado cada vez mais competitivo.
- ✓ **Acesso ao conhecimento e ao talento locais:** As empresas inclusivas estão melhor posicionadas para identificar as necessidades da comunidade, os recursos ocultos, os fornecedores locais e as pessoas qualificadas que, de outra forma, poderiam passar despercebidas. Isto pode reforçar a inovação, melhorar a qualidade do serviço e criar novas oportunidades de colaboração.
- ✓ **Maior lealdade dos colaboradores e uma cultura organizacional mais forte:** práticas laborais justas, recrutamento inclusivo e condições de trabalho respeitadas podem melhorar a retenção de colaboradores, a motivação e o bem-estar geral no local de trabalho. Isto contribui para um melhor desempenho organizacional e melhores experiências para os visitantes.
- ✓ **Alinhamento com as expectativas emergentes do mercado e das políticas:** Em toda a Europa, o turismo responsável está cada vez mais ligado ao valor social, à acessibilidade, à equidade e à participação da comunidade. As PME que incorporam estes princípios desde cedo estão melhor posicionadas para responder às expectativas em evolução dos visitantes, às oportunidades de financiamento, às parcerias e às prioridades de sustentabilidade.

O empoderamento da comunidade e a inclusão social são importantes porque o turismo deve contribuir para que os destinos não sejam apenas visitados, mas também sejam locais onde se vive

bem. Uma PME do setor do turismo que ignore a dimensão social pode obter ganhos a curto prazo, mas enfraquece os alicerces a longo prazo do destino. Uma PME do setor do turismo que apoie o empoderamento e a inclusão ajuda a criar locais mais equitativos, mais resilientes e mais capazes de sustentar o turismo ao longo do tempo.

Ações-chave para as PME

1 Envolver as comunidades locais na conceção e revisão das experiências turísticas

As PME devem criar oportunidades regulares para que os residentes, grupos comunitários, associações culturais e fornecedores locais contribuam com ideias e feedback. Isto deve acontecer numa fase inicial, e não apenas depois de os produtos já terem sido concebidos. Na prática, isto pode incluir a realização de reuniões comunitárias sazonais, a criação de grupos consultivos, a consulta a associações de bairro ou o trabalho direto com escolas locais, cooperativas, grupos de mulheres, organizações juvenis ou organizações de pessoas com deficiência. O objetivo é identificar as prioridades da comunidade, as sensibilidades locais, os ativos negligenciados e os riscos potenciais.

Esta ação ajuda as PME a passar de um modelo puramente orientado para o mercado para um modelo mais sensível às especificidades locais. Melhora também a qualidade dos produtos turísticos, ao fundamentá-los nas realidades locais em vez de em pressupostos externos.

2 Aplicar práticas de emprego inclusivas e justas

As PME devem garantir que o recrutamento, as condições de trabalho, as oportunidades de progressão na carreira e a cultura organizacional sejam justos e inclusivos. Isto significa ir além dos requisitos mínimos legais e questionar se a empresa é genuinamente acessível e acolhedora para um leque mais alargado de trabalhadores. Entre os exemplos contam-se a elaboração de descrições de funções em linguagem clara, a oferta de horários flexíveis sempre que possível, a garantia de salários iguais para trabalho igual, a disponibilização de canais de recrutamento acessíveis à população local, a adaptação dos locais de trabalho para pessoas com deficiência e a oferta de orientação ou formação a colaboradores com experiência prévia limitada no setor do turismo.

Esta ação é especialmente importante no turismo, onde o trabalho sazonal, os baixos salários, o trabalho informal e a desigualdade de oportunidades podem ser comuns. As PME que melhoram a equidade no emprego contribuem diretamente para a sustentabilidade social.

3 Criar parcerias que gerem valor local partilhado

As PME devem dar prioridade a parcerias com empresas locais, empresas sociais, associações, cooperativas, produtores, guias, artistas e prestadores de serviços cujo trabalho contribua para o tecido social do destino. Isto pode envolver o recurso a fornecedores locais, a coorganização de eventos com organizações comunitárias, o apoio a festivais locais, o desenvolvimento de ofertas conjuntas com empresas sociais ou a colaboração com ONG que promovam a inclusão e o emprego. O objetivo não é apenas «comprar local», mas sim gerar relações mutuamente benéficas que fortaleçam a economia do destino em geral e a vida da comunidade. Parcerias sólidas também ajudam as PME a aceder a novos conhecimentos, a melhorar a credibilidade e a distribuir os benefícios do turismo de forma mais justa.

4 Melhorar a acessibilidade e a inclusão nos serviços aos visitantes

A inclusão social também se aplica à experiência do visitante. As PME devem avaliar se os seus serviços são acessíveis, do ponto de vista físico, económico, digital e social, a diferentes grupos. Isto pode incluir melhorar o acesso sem degraus, disponibilizar informações em formatos de fácil leitura, formar o pessoal em comunicação inclusiva, ter em conta as necessidades sensoriais, garantir preços transparentes, oferecer opções de participação mais curtas ou de menor custo e assegurar que as imagens e a linguagem de marketing não excluam determinados públicos.

O design inclusivo beneficia não só grupos específicos, mas também a qualidade e a usabilidade globais dos serviços.

5 Monitorizar quem beneficia da atividade turística

As PME devem acompanhar se os benefícios do turismo estão a chegar à população local e a grupos diversos. Sem alguma forma de monitorização, as boas intenções podem permanecer superficiais. Indicadores úteis podem incluir a proporção de colaboradores locais, a despesa com fornecedores locais, o número de parcerias comunitárias, a diversidade do pessoal, as melhorias de acessibilidade implementadas, a colaboração recorrente com organizações locais ou o feedback da comunidade recebido e ao qual se deu seguimento. A monitorização ajuda as PME a identificar lacunas, a demonstrar progressos e a melhorar a prestação de contas.

Aplicação nos setores do turismo

Ecoturismo

No ecoturismo, o empoderamento da comunidade e a inclusão social devem refletir-se na forma como as experiências baseadas na natureza são planeadas, dotadas de pessoal e geridas. As PME do setor do turismo devem envolver ativamente as comunidades locais na conceção e realização de atividades turísticas, garantindo que os residentes beneficiem de oportunidades de emprego, desenvolvimento de competências e rendimentos relacionados com o turismo. Isto pode envolver a colaboração com agricultores locais, organizações ambientais, artesãos ou grupos comunitários para desenvolver experiências que reflitam o conhecimento e as prioridades locais. Por exemplo, uma empresa de observação de aves que opera numa zona de zonas húmidas poderia formar jovens adultos locais como guias assistentes, adquirir produtos junto de produtores locais e consultar os residentes sobre práticas de gestão de visitantes. Tais abordagens ajudam a criar experiências turísticas que são simultaneamente sustentáveis do ponto de vista ambiental e social, reforçando ao mesmo tempo o sentido de pertença e o apoio da comunidade.

Turismo Cultural

No turismo cultural, o empoderamento da comunidade e a inclusão social são particularmente importantes, uma vez que o turismo depende frequentemente da identidade local, do património, das tradições e das experiências vividas. As PME do setor do turismo devem garantir que a população local tenha um papel significativo na definição da forma como as suas histórias, cultura e património são apresentados aos visitantes. Isto pode envolver a colaboração com residentes, historiadores da comunidade, artistas, intérpretes e organizações culturais para desenvolver experiências turísticas autênticas e respeitadas. Por exemplo, uma empresa de turismo a operar num antigo distrito industrial

poderia conceber em conjunto percursos patrimoniais com antigos trabalhadores, associações locais e comunidades de migrantes que ajudaram a moldar a área. Esta abordagem garante que os visitantes adquiram uma compreensão mais profunda do destino, ao mesmo tempo que as vozes locais continuam a ser centrais para a experiência.

Turismo de aventura

O turismo de aventura ocorre frequentemente em zonas rurais, montanhosas, costeiras ou florestais, onde as comunidades locais são diretamente afetadas pela atividade dos visitantes e pelo desenvolvimento turístico. Por esta razão, o empoderamento da comunidade deve estar integrado no modelo de negócio, em vez de ser tratado como uma atividade separada. As PME do setor do turismo podem apoiar a inclusão através do recrutamento e da formação de residentes locais, da colaboração com fornecedores e prestadores de serviços locais e do envolvimento das comunidades nas decisões que afetam o uso do solo e a gestão dos visitantes. Por exemplo, uma empresa de canoagem que opera num vale rural poderia colaborar com as autoridades locais e os residentes para gerir as pressões dos visitantes, formar mulheres locais como instrutoras assistentes e oferecer programas de competências ao ar livre para os jovens da região. Tais iniciativas ajudam a garantir que os benefícios do turismo sejam partilhados de forma mais ampla e contribuem para a resiliência a longo prazo das comunidades locais.

Nos três setores do turismo, o princípio fundamental mantém-se o mesmo: o empoderamento da comunidade e a inclusão social devem ser visíveis não só nos valores empresariais, mas também em quem participa, quem contribui, quem beneficia e quem ajuda a moldar o desenvolvimento do turismo ao longo do tempo.

Roteiro para a implementação

Passo 1: Identificar as partes interessadas	Identifique as pessoas e os grupos ligados à sua atividade turística, incluindo residentes, colaboradores, fornecedores, organizações comunitárias, escolas, autoridades locais, líderes comunitários, grupos vulneráveis e vozes sub-representadas. Compreender quem é afetado pelo turismo, quem contribui para ele ou quem dele beneficia é o primeiro passo para uma tomada de decisões mais inclusiva.
Passo 2: Identificar barreiras e lacunas	Analise onde a exclusão pode estar a ocorrer. Pergunte: <ul style="list-style-type: none"> • Quem não está envolvido no planeamento? • Quem tem acesso limitado a empregos ou formação? • Que visitantes podem enfrentar barreiras de acessibilidade? • Que grupos locais não estão representados nas parcerias?
Passo 3: Definir objetivos de inclusão e capacitação	Estabeleça prioridades realistas e mensuráveis para os próximos 6 a 12 meses. Os objetivos podem incluir aumentar a contratação de fornecedores locais, recrutar mais pessoal local, melhorar a acessibilidade, estabelecer parcerias com a comunidade ou proporcionar formação ao pessoal sobre práticas inclusivas.
Passo 4: Criar mecanismos de participação	Criar oportunidades para que as comunidades e as partes interessadas contribuam com ideias, feedback e perspetivas. Isto pode envolver reuniões comunitárias, inquéritos, grupos consultivos, parcerias, iniciativas-piloto ou canais de feedback contínuos que apoiem uma participação significativa.

Passo 5: Integrar práticas inclusivas	<p>Incorpore o princípio na prática quotidiana. Isto pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de recrutamento inclusivos • Integração de novos colaboradores • Seleção de fornecedores • Comunicação com os visitantes • Conceção de produtos • Melhorias na acessibilidade • Atividades de colaboração com a comunidade
Passo 6: Formar e sensibilizar	<p>Assegure-se de que os colaboradores compreendem os conceitos de inclusão, comunicação respeitosa, sensibilidade local, equidade na prestação de serviços e os objetivos sociais da empresa.</p>
Passo 7: Monitorizar o progresso e os resultados	<p>Acompanhe um pequeno número de indicadores para avaliar o progresso e identificar áreas a melhorar. Os exemplos podem incluir o número de parcerias comunitárias estabelecidas, a proporção de colaboradores locais, as taxas de retenção de pessoal, as melhorias de acessibilidade implementadas, o feedback recebido da comunidade e a diversidade dos participantes, colaboradores ou parceiros.</p>

Este roteiro fornece orientações práticas para a implementação do Empoderamento Comunitário e da Inclusão Social na sua organização. Para uma abordagem mais abrangente à integração da sustentabilidade em todos os aspetos do seu negócio, consulte o Percorso de Implementação da Sustentabilidade no final deste Quadro.



Resumo

Definição	Garantir que as comunidades locais e os grupos sub-representados possam participar de forma equitativa no planeamento turístico, no emprego, nas parcerias, nos serviços e nos benefícios.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver as comunidades locais na conceção e revisão do turismo. • Aplicar práticas de emprego inclusivas e justas. • Estabelecer parcerias que criem valor local partilhado. • Melhorar a acessibilidade e a inclusão nos serviços prestados aos visitantes • Monitorizar quem beneficia da atividade turística
Princípios associados	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade cultural • Educação e Envolvimento dos Visitantes • Inovação e transição ecológica Ferramentas





06



PRINCÍPIO 6

Ação Climática e Resiliência

Princípio 6: Ação Climática e Resiliência

Definição

A ação climática refere-se às medidas práticas adotadas para responder às alterações climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa, da limitação das pressões ambientais e da melhoria da capacidade das pessoas, das empresas e dos ecossistemas para lidar com os desafios relacionados com o clima, agora e no futuro. Está alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas, em particular com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13: Ação Climática, que apela a uma ação urgente para fazer face às alterações climáticas e aos seus impactos (Nações Unidas, 2015). A ação climática baseia-se geralmente em duas abordagens complementares: mitigação e adaptação. A mitigação centra-se na redução das causas das alterações climáticas através da diminuição das emissões de gases com efeito de estufa, enquanto a adaptação envolve antecipar os impactos relacionados com o clima e tomar medidas para minimizar os riscos e responder eficazmente às condições em mudança (Agência Europeia do Ambiente, 2024).

A adaptação está intimamente ligada à resiliência, que se refere à capacidade dos sistemas sociais, económicos e ambientais de resistir, responder e recuperar de perturbações relacionadas com o clima, mantendo simultaneamente as suas funções essenciais (IPCC, 2018). O turismo depende fortemente de condições meteorológicas estáveis, ecossistemas saudáveis, infraestruturas fiáveis e padrões de viagem previsíveis. O aumento das temperaturas, os fenómenos meteorológicos extremos, a escassez de água, a perda de biodiversidade e as mudanças no comportamento dos visitantes afetam cada vez mais a qualidade, a segurança e a rentabilidade das atividades turísticas. Estes desafios podem ser particularmente significativos para as PME, que muitas vezes dispõem de menos recursos financeiros e humanos para responder a perturbações repentinas.

A Ação Climática e a Resiliência referem-se, portanto, à integração de medidas de mitigação e adaptação nas operações turísticas, reforçando simultaneamente a capacidade das PME do setor do turismo para antecipar, responder e recuperar-se dos desafios relacionados com o clima. Ao tomarem medidas hoje, as empresas do setor do turismo podem reduzir os impactos ambientais, melhorar a continuidade das atividades, proteger os recursos locais e apoiar a sustentabilidade a longo prazo dos destinos.

Importância

Abordar os desafios ambientais, culturais e sociais

A ação climática e a resiliência abordam um vasto leque de desafios interligados que afetam diretamente as empresas turísticas, os destinos e as comunidades locais.

De uma perspetiva ambiental, as alterações climáticas estão a contribuir para o aumento das temperaturas, a alteração da sazonalidade do turismo, a ocorrência mais frequente e intensa de fenómenos meteorológicos extremos, a escassez de água e a perda de biodiversidade. Nos destinos

urbanos, as pressões relacionadas com o clima, tais como as ilhas de calor e o aumento da procura de refrigeração e de recursos hídricos, estão a tornar-se cada vez mais comuns. Estes impactos podem criar desafios significativos para as operações turísticas, incluindo danos nas infraestruturas, acessibilidade reduzida, aumento dos custos operacionais e maior pressão sobre os recursos naturais.

De uma perspetiva social, as alterações climáticas podem amplificar as desigualdades e vulnerabilidades existentes, particularmente para as comunidades locais e os trabalhadores que dependem do turismo. As PME e os trabalhadores sazonais estão frequentemente entre os mais expostos às perturbações causadas por fenómenos meteorológicos extremos ou pela alteração dos padrões de visita, ao mesmo tempo que dispõem de menos recursos para absorver choques económicos. Estes impactos podem resultar em instabilidade no emprego, redução do rendimento e aumento da pressão sobre os meios de subsistência locais. Os desafios relacionados com o clima podem também afetar a saúde pública e o bem-estar através de problemas como doenças relacionadas com o calor, escassez de água e insegurança alimentar, influenciando tanto os residentes como os visitantes.

De uma perspetiva cultural, as alterações climáticas ameaçam locais históricos, paisagens tradicionais e práticas culturais que estão intimamente ligadas às condições ambientais locais. A degradação ambiental, as catástrofes naturais e as alterações nos fluxos turísticos podem exercer uma pressão significativa sobre o património cultural e a identidade comunitária. A ação climática é, portanto, essencial não só para proteger os ecossistemas, mas também para salvaguardar os bens culturais, preservar as tradições locais e manter a atratividade e a autenticidade a longo prazo dos destinos turísticos.

Estes impactos ambientais, sociais e culturais devem ser entendidos como riscos empresariais que afetam toda a cadeia de valor do turismo, incluindo fornecedores, colaboradores, infraestruturas, experiências dos visitantes e competitividade dos destinos.



Benefícios para as PME

A ação climática e a resiliência não devem ser vistas como um obstáculo para as PME, mas sim como uma alavanca estratégica para a competitividade, a viabilidade a longo prazo e a adaptação a um ambiente turístico em rápida mudança:

- ✓ Continuidade das atividades e redução de riscos: Ao antecipar e preparar-se para perturbações relacionadas com o clima, tais como fenómenos meteorológicos extremos, ondas de calor ou escassez de água, as PME podem reduzir a probabilidade de interrupções operacionais, cancelamentos e danos nas infraestruturas. Esta abordagem proativa reforça a sua capacidade de manter uma atividade estável ao longo do ano, mesmo em condições ambientais cada vez mais incertas.
- ✓ Poupança de custos e maior eficiência: Medidas como a redução do consumo de energia, a melhoria da gestão da água ou o investimento em energias renováveis podem reduzir significativamente os custos operacionais ao longo do tempo. Para as PME, que muitas vezes operam com margens limitadas, estas poupanças podem melhorar diretamente a estabilidade financeira e a competitividade.
- ✓ Posicionamento no mercado e atratividade para os clientes: Os viajantes estão cada vez mais sensíveis às questões de sustentabilidade e à responsabilidade climática. As PME que demonstram compromissos concretos em matéria climática podem reforçar a sua reputação,

atrair clientes com consciência ambiental e diferenciar-se num mercado turístico competitivo. Demonstrar resiliência e adaptação proativa reforça a capacidade de uma empresa para construir parcerias mais sólidas no âmbito das redes de destinos e para se integrar de forma mais eficaz nas cadeias de valor do turismo sustentável.

Ações-chave para as PME

1 Reforçar a resiliência climática através de medidas de adaptação

Para se manterem competitivas num clima em mudança, as PME do setor do turismo devem avaliar os riscos ambientais que podem afetar as suas atividades, incluindo ondas de calor, inundações, tempestades e escassez de água, e implementar medidas de adaptação específicas. Isto pode envolver a identificação de riscos climáticos em diferentes locais, operações, e cadeias de abastecimento, a melhoria da resiliência das infraestruturas através de medidas como sistemas de drenagem, sombreamento ou soluções de refrigeração, e a garantia do acesso a recursos críticos, como água e energia. As empresas podem também ter de adaptar os serviços, os períodos de funcionamento ou os produtos turísticos às condições climáticas em mudança, ao mesmo tempo que diversificam as atividades, os segmentos de clientes ou as épocas do ano, para reduzir a dependência de uma procura sensível às alterações climáticas. Soluções baseadas na natureza, como a plantação de árvores, a criação de espaços verdes ou a restauração de superfícies permeáveis, podem reforçar ainda mais a resiliência, melhorando simultaneamente as condições ambientais locais.

2 Desenvolver operações com baixas emissões de carbono

As PME do setor do turismo podem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa integrando opções de baixo carbono nas operações diárias, incluindo transportes, aquisições e conceção de serviços. Isto pode envolver incentivar os visitantes e os colaboradores a utilizarem opções de transporte de baixas emissões, como transportes públicos, bicicleta ou serviços de mobilidade partilhada, dar prioridade ao abastecimento local e sazonal para reduzir as emissões relacionadas com os transportes e conceber experiências turísticas que minimizem a intensidade das viagens e o impacto ambiental. A colaboração com fornecedores que sigam práticas sustentáveis e de baixo carbono pode reduzir ainda mais as emissões ao longo de toda a cadeia de valor.

3 Melhorar a gestão energética

O consumo de energia é uma área fundamental tanto para a redução das emissões como para a resiliência empresarial. Gerir a energia de forma mais eficiente pode reduzir os custos operacionais, ao mesmo tempo que limita a exposição à volatilidade dos preços da energia. As PME do setor do turismo podem melhorar o desempenho energético através do acompanhamento e monitorização do consumo, da modernização do isolamento e dos equipamentos, da otimização dos sistemas de aquecimento e refrigeração de acordo com as necessidades sazonais e da transição para fontes de energia renováveis, sempre que viável.

4 Reforçar a gestão de recursos

A utilização eficiente dos recursos contribui tanto para a mitigação como para a adaptação às alterações climáticas, reduzindo os impactos ambientais e melhorando a estabilidade operacional. As PME do setor do turismo devem monitorizar e gerir o consumo de água, especialmente durante períodos de escassez,

reduzindo simultaneamente o desperdício através de uma melhor triagem, reciclagem e da evitação de produtos descartáveis. Dar prioridade a materiais duráveis, reutilizáveis e reparáveis, a par de práticas de aquisição mais resilientes, pode ajudar a reduzir a dependência de cadeias de abastecimento vulneráveis e a melhorar a sustentabilidade a longo prazo.

5 Envolver as pessoas e os parceiros

Para que as medidas climáticas sejam eficazes a longo prazo, é necessário o envolvimento ativo de colaboradores, fornecedores, clientes e outras partes interessadas. As PME do setor do turismo devem proporcionar formação ao pessoal sobre temas como a eficiência energética, a conservação da água e a preparação para os riscos climáticos, ao mesmo tempo que colaboram com os fornecedores para melhorar a sustentabilidade e a resiliência ao longo de toda a cadeia de valor. As empresas podem também incentivar os visitantes a adotarem comportamentos responsáveis, tais como a redução do consumo de energia e água ou a escolha de opções de transporte com baixas emissões de carbono, e devem comunicar as suas ações climáticas e os progressos alcançados de forma clara e transparente.

Aplicação nos setores do turismo

Este princípio pode ser aplicado em diferentes setores do turismo, sendo que cada setor oferece vias específicas para fazer face às alterações climáticas através da mitigação, adaptação e reforço da resiliência, dependendo da sua relação com os recursos naturais, as infraestruturas e o envolvimento dos visitantes.

Ecoturismo

O ecoturismo está intrinsecamente ligado aos ambientes naturais, que são diretamente afetados pelas alterações climáticas. Isto cria oportunidades significativas tanto para ações de mitigação como de adaptação. As PME do setor do turismo podem reduzir a sua pegada de carbono através de operações de baixo impacto, da utilização de energias renováveis e de opções de transporte sustentáveis. Ao mesmo tempo, podem contribuir para a adaptação às alterações climáticas, protegendo ecossistemas que funcionam como amortecedores naturais (por exemplo, florestas, zonas húmidas) e ajustando e diversificando as suas atividades às condições ambientais em mudança ou modificando itinerários. Além disso, proporcionam importantes oportunidades educativas, ajudando os visitantes a compreender os impactos das alterações climáticas e incentivando mudanças comportamentais a longo prazo. As PME deste setor são, portanto, não só operadores, mas também facilitadores da sensibilização para as alterações climáticas e da resiliência local.

Turismo cultural

O turismo cultural está ligado tanto ao património material como ao imaterial, que pode ser cada vez mais afetado pelas alterações climáticas através de fenómenos meteorológicos extremos, da degradação dos locais ou de mudanças nos meios de subsistência locais. As PME podem contribuir para a mitigação promovendo produtos locais, cadeias de abastecimento curtas e experiências de baixo impacto, reduzindo assim as emissões associadas aos padrões de transporte e consumo. Em termos de adaptação, os intervenientes no turismo cultural poderão ter de ajustar a forma como o património é preservado e aceso, por exemplo, adaptando os horários de abertura, protegendo os locais contra riscos climáticos ou integrando considerações climáticas nas estratégias de gestão do património.

O turismo cultural contribui também para a resiliência, preservando conhecimentos e práticas tradicionais que, muitas vezes, estão estreitamente adaptados às condições ambientais locais, tais como a gestão da água, a agricultura ou as técnicas de construção. Estas práticas podem oferecer insights valiosos para a adaptação às alterações climáticas. Além disso, este setor pode sensibilizar os visitantes para as ligações entre as alterações climáticas, o património e as comunidades locais, promovendo comportamentos mais responsáveis e respeitosos.

Turismo de aventura

O turismo de aventura opera em ambientes dinâmicos e frequentemente frágeis, como montanhas, zonas costeiras, florestas ou rios, que estão altamente expostos à variabilidade climática e a fenómenos extremos. Isto torna tanto a adaptação como a resiliência fundamentais para o setor. As PME devem ajustar continuamente as suas atividades às condições em mudança, tais como padrões meteorológicos alterados, riscos acrescidos (por exemplo, deslizamentos de terra, inundações) ou acessibilidade reduzida a determinados locais. Os esforços de mitigação neste setor incluem a redução da pegada ambiental das atividades através de soluções de transporte sustentáveis, da utilização responsável do equipamento e de operações energeticamente eficientes. No entanto, devido à natureza do turismo de aventura, a adaptação é frequentemente a prioridade, exigindo um planeamento flexível, estratégias de gestão de riscos e a capacidade de responder rapidamente às alterações ambientais.

O turismo de aventura desempenha também um papel importante no reforço da resiliência, sensibilizando os visitantes para os riscos climáticos, a segurança e o comportamento responsável em ambientes naturais. Os guias e os operadores atuam como intermediários entre os visitantes e o ambiente, promovendo a sensibilização para os impactos climáticos e incentivando práticas que reduzam a pressão sobre os ecossistemas. Isto contribui não só para a proteção ambiental, mas também para a viabilidade a longo prazo das atividades turísticas.

Roteiro para a implementação

A ação climática e a resiliência abrangem duas abordagens complementares: adaptação e mitigação. Embora ambas contribuam para empresas turísticas mais sustentáveis e resilientes, abordam desafios diferentes e, por isso, requerem processos de implementação distintos. Os planos de ação que se seguem fornecem orientações práticas para as PME do setor do turismo que procuram reforçar a resiliência aos riscos relacionados com o clima, reduzindo simultaneamente o seu impacto ambiental.

Estratégia de Adaptação

 Passo 1: Definir o âmbito	Mapeie o âmbito do seu negócio, incluindo locais, serviços, parceiros e a cadeia de valor mais ampla. Tenha em conta os fornecedores, as atividades no local e os serviços de apoio.
 Passo 2: Identificar e avaliar riscos e vulnerabilidades	Identifique os principais riscos climáticos que afetam a sua empresa, tais como ondas de calor, inundações, tempestades ou escassez de água. Avalie de que forma esses riscos podem afetar as operações, as infraestruturas, os colaboradores, os visitantes e as cadeias de abastecimento.

	Passo 3: Avaliar a capacidade de adaptação	Analise a sua capacidade atual para lidar com os riscos relacionados com o clima. Considere os recursos, competências, capacidade financeira, infraestruturas, parcerias e mecanismos de apoio existentes.
	Passo 4: Priorizar os principais riscos	Concentre-se nos riscos mais suscetíveis de afetar a continuidade das atividades, a segurança dos visitantes ou a sustentabilidade a longo prazo.
	Passo 5: Definir objetivos e ações de adaptação	Defina objetivos e identifique medidas práticas de adaptação, tais como melhorar a resiliência das infraestruturas, garantir recursos críticos, diversificar as atividades turísticas, reforçar as cadeias de abastecimento ou implementar soluções baseadas na natureza.
	Passo 6: Monitorizar e melhorar	Avalie regularmente a eficácia das medidas de adaptação, especialmente após eventos meteorológicos extremos. Utilize as lições aprendidas para aperfeiçoar e reforçar a sua abordagem.
	Passo 7: Comunicar o progresso	Partilhe as ações de adaptação e as conquistas com os colaboradores, clientes, fornecedores e outras partes interessadas de forma transparente.

Estratégia de mitigação:

Passo 1: Compreender os impactos das alterações climáticas	Identifique de que forma as alterações climáticas afetam as suas operações, custos, clientes e cadeia de abastecimento, e compreenda as oportunidades associadas à redução das emissões.
Passo 2: Criar um compromisso interno	Envolve a gestão e os colaboradores nos esforços de ação climática e atribua responsabilidades pela implementação e monitorização.
Passo 3: Definir o âmbito e os limites:	Determine quais as atividades que serão incluídas na sua estratégia de redução de emissões, incluindo edifícios, consumo de energia, transportes, aquisições e resíduos.
Passo 4: Medir a sua linha de base de emissões	Estime as emissões de gases com efeito de estufa e identifique as principais fontes de emissões em todas as operações da empresa.
Passo 5: Priorizar as fontes de emissões e definir metas	Concentre-se nas fontes de emissões mais significativas e estabeleça metas de redução realistas a curto, médio e longo prazo.
Passo 6: Implementar medidas de redução	Introduza medidas como melhorias na eficiência energética, adoção de energias renováveis, soluções de transporte com baixas emissões de carbono, aquisições sustentáveis e iniciativas de redução de resíduos.
Passo 7: Monitorizar, comunicar e melhorar	Acompanhe as emissões ao longo do tempo, analise o progresso, comunique os resultados e melhore continuamente o desempenho. Compense apenas as emissões residuais após terem sido maximizados os esforços de redução.

Para ambas as abordagens, as ações devem ser priorizadas ao longo do tempo, começando por medidas de curto prazo, avançando para intervenções de médio prazo mais estruturadas e, por fim, apoiando mudanças transformacionais de longo prazo nas operações empresariais e nos modelos turísticos.

Este roteiro fornece orientações práticas para a implementação da Ação Climática e da Resiliência na sua organização. Para uma abordagem mais abrangente à integração da sustentabilidade em todos os aspetos do seu negócio, consulte o Percurso de Implementação da Sustentabilidade no final deste Quadro.



Resumo

Definição	A Ação Climática e a Resiliência referem-se a medidas que reduzem os impactos ambientais, reforçando simultaneamente a capacidade das empresas turísticas de se adaptarem aos desafios relacionados com o clima, de manterem a continuidade dos negócios e de apoiarem a sustentabilidade a longo prazo dos destinos.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a resiliência climática através de medidas de adaptação e de uma gestão eficaz dos recursos• Reduzir as emissões através de operações com baixas emissões de carbono e energeticamente eficientes• Melhorar a eficiência energética e de recursos em todas as atividades empresariais• Envolver as pessoas e reforçar a ação coletiva ao longo de toda a cadeia de valor
Quadros relacionados	<ul style="list-style-type: none">• Responsabilidade ambiental• Biodiversidade e Recursos Naturais• Gestão Sustentável dos Recursos





07



PRINCÍPIO 7

Educação e Envolvimento dos Visitantes

Princípio 7: Educação e Envolvimento dos Visitantes

Definição

A educação e o envolvimento dos visitantes no turismo referem-se aos esforços deliberados e estruturados envidados pelos prestadores de serviços turísticos para informar, inspirar e envolver ativamente os visitantes na compreensão e no apoio a práticas sustentáveis durante a sua experiência de viagem. Este princípio vai além do simples fornecimento de informação e procura influenciar a consciência, as atitudes e os comportamentos dos visitantes de forma a contribuir positivamente para a sustentabilidade ambiental, cultural e social. No contexto das PME do setor do turismo, a educação dos visitantes envolve a comunicação de informação relevante, precisa e acessível sobre o destino, incluindo as suas características ambientais, património cultural, comunidades locais e desafios de sustentabilidade. O envolvimento dos visitantes, por sua vez, centra-se na criação de oportunidades para que estes participem ativamente em práticas responsáveis, em vez de se limitarem a ser consumidores passivos de experiências.

Este princípio reconhece que os visitantes são atores-chave no sistema turístico. Os seus comportamentos, incluindo o consumo de recursos, a produção de resíduos, as interações com as comunidades locais e o respeito pelos bens culturais e ambientais, têm um impacto direto na sustentabilidade dos destinos. As empresas turísticas, portanto, desempenham um papel importante na definição da forma como o turismo é entendido e praticado. Para as PME do setor do turismo, aplicar este princípio significa conceber experiências que não só informem e entretêm, mas também promovam a sensibilização, a responsabilidade e ligações significativas com os locais visitados. Implica integrar mensagens de sustentabilidade ao longo de toda a viagem do visitante, desde a comunicação antes da chegada até à interpretação no local e ao acompanhamento pós-visita, ajudando os visitantes a compreender o seu papel e incentivando um comportamento mais responsável.

Importância

Abordar os desafios ambientais, culturais e sociais

A educação e o envolvimento dos visitantes são essenciais, porque os impactos do turismo não são gerados apenas pelas empresas, mas também pelo comportamento dos visitantes. Mesmo as operações turísticas mais sustentáveis podem ser comprometidas se os visitantes não estiverem cientes das regras locais, das sensibilidades ambientais, das normas culturais ou das expectativas da comunidade.

De uma perspetiva ambiental, o comportamento dos visitantes pode ter uma influência significativa no estado dos recursos naturais e dos ecossistemas. Atividades como o abandono de lixo, o consumo excessivo de água e energia, a perturbação da vida selvagem, os danos à vegetação ou o desrespeito pelos percursos designados podem exercer uma pressão considerável sobre os destinos,

particularmente em áreas ambientalmente sensíveis. Educar os visitantes sobre estas questões ajuda a reduzir os impactos negativos e incentiva interações mais responsáveis com os ambientes naturais.

De uma perspetiva cultural, a falta de consciência ou compreensão pode contribuir para a erosão das tradições locais, o desrespeito pelas práticas culturais e comportamentos inadequados em locais de património, espaços de e o religioso ou eventos comunitários. A educação dos visitantes ajuda a promover a valorização da identidade, do património e dos costumes locais, incentivando interações respeitadas e significativas entre os visitantes e as comunidades anfitriãs.

De uma perspetiva social, o comportamento dos visitantes pode influenciar a relação entre turistas e residentes locais. Mal-entendidos, conduta inadequada ou falta de respeito pelos modos de vida locais podem criar tensões e afetar negativamente a perceção que a comunidade tem do turismo. Ao proporcionar aos visitantes orientações claras e oportunidades para se envolverem de forma positiva com os destinos, as PME do setor do turismo podem ajudar a fortalecer as relações entre visitantes e comunidades locais, apoiando simultaneamente um desenvolvimento turístico mais inclusivo e responsável.



Benefícios para as PME

A integração da educação e do envolvimento dos visitantes nas experiências turísticas oferece vários benefícios para as PME:

- ✓ **Melhorar a qualidade da experiência do visitante:** Os visitantes procuram cada vez mais experiências significativas, autênticas e educativas. Proporcionar contexto, interpretação e oportunidades de envolvimento pode aprofundar a compreensão, reforçar as ligações emocionais e melhorar a satisfação geral dos visitantes.
- ✓ **Reduzir os impactos negativos e os riscos operacionais:** Os visitantes informados são mais propensos a adotar comportamentos responsáveis, a respeitar as comunidades locais e a minimizar os impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais. Isto pode ajudar a reduzir os desafios de gestão e a apoiar a sustentabilidade do destino.
- ✓ **Reforço da identidade e do posicionamento da marca:** As empresas que promovem ativamente o turismo responsável e a sustentabilidade podem diferenciar-se num mercado competitivo e atrair viajantes preocupados com a sustentabilidade.
- ✓ **Incentivar visitas repetidas e o boca a boca positivo:** Os visitantes que se sentem ligados a um destino e compreendem o seu valor ambiental, cultural e social têm mais probabilidades de regressar, recomendar a experiência a outras pessoas e tornar-se defensores do turismo responsável.



Ações-chave para as PME



1 Fornecer informação clara e acessível sobre sustentabilidade antes e durante a visita

As PME devem comunicar informações essenciais sobre práticas de sustentabilidade, condições locais e comportamentos esperados dos visitantes ao longo das diferentes fases da sua experiência. Isto inclui websites, confirmações de reserva, materiais de boas-vindas, sinalética e interações com o pessoal. A informação deve ser clara, concisa e adaptada a diferentes públicos. Por exemplo, orientações sobre o uso da água em áreas propensas à seca, regras de separação de resíduos ou comportamentos

respeitosos em locais culturais ou naturais devem ser fáceis de compreender e visíveis nos pontos relevantes.

2 Integrar a interpretação e a narrativa nas experiências turísticas

Em vez de apresentar factos isolados, as PME devem utilizar técnicas de narrativa para explicar a importância ambiental, cultural e social do destino. Isto ajuda os visitantes a compreender por que razão certos comportamentos são importantes. A interpretação pode incluir visitas guiadas, conteúdos digitais, painéis informativos, guias áudio ou explicações informais por parte dos funcionários. O objetivo é criar uma narrativa que ligue os visitantes emocional e intelectualmente ao local.

3 Incentivar comportamentos responsáveis através de «nudges» e ferramentas práticas

As PME devem conceber os seus serviços de forma a facilitar as escolhas responsáveis por parte dos visitantes. Isto pode incluir a disponibilização de estações de recarga, caixotes de reciclagem claramente sinalizados, materiais reutilizáveis, sugestões de itinerários de baixo impacto ou lembretes sobre comportamentos respeitosos. Os «estímulos» comportamentais (por exemplo, mensagens amigáveis, pistas visuais, opções predefinidas) podem ser altamente eficazes para influenciar as ações dos visitantes sem serem intrusivos.

4 Criar oportunidades para a participação ativa dos visitantes

O envolvimento pode ser reforçado através da participação direta dos visitantes em atividades relacionadas com a sustentabilidade. Isto pode incluir workshops, oportunidades de voluntariado, eventos locais, iniciativas de ciência cidadã ou experiências culturais práticas. A participação ativa ajuda a transformar os visitantes de observadores passivos em colaboradores do destino.

5 Formar o pessoal para comunicar a sustentabilidade de forma eficaz

O pessoal desempenha um papel fundamental na definição do comportamento dos visitantes. As PME devem garantir que os colaboradores compreendem os princípios da sustentabilidade e são capazes de os comunicar de forma clara, confiante e respeitosa. O pessoal deve estar preparado para responder a perguntas, explicar as práticas locais e incentivar comportamentos responsáveis de uma forma positiva e envolvente.

Aplicação nos setores do turismo

Ecoturismo

No ecoturismo, a educação e o envolvimento dos visitantes são frequentemente fundamentais para a experiência turística. As PME do setor do turismo podem ajudar os visitantes a compreender os ecossistemas locais, as espécies e os desafios de conservação, ao mesmo tempo que incentivam comportamentos que minimizem os impactos ambientais. Passeios guiados pela natureza, atividades de observação da vida selvagem e programas de interpretação podem proporcionar oportunidades para os visitantes aprenderem sobre o ambiente natural e o seu papel na sua proteção. Por exemplo, uma empresa de observação da vida selvagem pode disponibilizar binóculos e guias de campo, explicar o comportamento das espécies e incentivar os visitantes a registar os avistamentos, transformando a experiência numa atividade simultaneamente educativa e participativa. Da mesma forma, um alojamento ecológico pode oferecer palestras sobre a biodiversidade local, a escassez de água ou a

gestão florestal, ajudando os hóspedes a compreender o contexto ambiental do destino e como podem reduzir o seu impacto durante a estadia.



Turismo Cultural

No turismo cultural, a educação e o envolvimento dos visitantes centram-se no desenvolvimento de uma compreensão mais profunda da identidade local, do património, das tradições e da vida comunitária contemporânea. As PME do setor do turismo podem ajudar os visitantes a apreciar o significado cultural dos destinos, fornecendo contexto, incentivando comportamentos respeitosos e apresentando perspetivas diversificadas. Isto pode envolver a interpretação de locais patrimoniais, a explicação de costumes locais ou o destaque da relação entre o turismo e o bem-estar da comunidade. Por exemplo, uma visita guiada a uma aldeia histórica pode dar a conhecer aos visitantes não só a sua arquitetura e história, mas também as experiências dos residentes locais e o papel que o turismo desempenha na definição da vida quotidiana. Da mesma forma, as experiências gastronómicas podem proporcionar oportunidades para os visitantes aprenderem sobre métodos de produção tradicionais, ingredientes sazonais e práticas culturais, ao mesmo tempo que interagem diretamente com os produtores locais.



Turismo de aventura

No turismo de aventura, a educação dos visitantes está frequentemente intimamente ligada à segurança, à responsabilidade ambiental e ao respeito pelas comunidades locais. As PME do setor do turismo podem ajudar os participantes a compreender como as suas ações afetam os ambientes naturais e incentivar comportamentos que minimizem os impactos ambientais durante as atividades ao ar livre. Sessões informativas sobre proteção ambiental, gestão de resíduos, sensibilidade cultural e lazer responsável podem ser integradas na experiência dos visitantes antes e durante as atividades. Por exemplo, uma empresa de guias de montanha pode iniciar cada excursão com orientações sobre gestão ambiental e respeito cultural, incorporando simultaneamente a interpretação ao longo da atividade. Da mesma forma, um prestador de serviços de caiaque pode educar os participantes sobre ecossistemas marinhos e poluição por plástico, incentivando-os a contribuir para os esforços de conservação através de iniciativas ambientais voluntárias.

Em todos os setores do turismo, a educação e o envolvimento dos visitantes ajudam a transformá-los de consumidores passivos em participantes ativos na sustentabilidade. Ao aumentar a sensibilização, incentivar comportamentos responsáveis e criar ligações significativas com os destinos, as PME do setor do turismo podem contribuir para experiências turísticas mais sustentáveis e resultados positivos para as comunidades locais e o ambiente.



Roteiro para a implementação



Passo 1: Avaliar as práticas atuais

Avaliar as práticas atuais de informação e envolvimento dos visitantes. As PME devem começar por analisar como e onde a informação é atualmente fornecida aos visitantes. Isto inclui websites, sistemas de reservas, materiais no local e comunicação do pessoal. O objetivo é identificar lacunas, inconsistências ou mensagens excessivamente complexas que possam reduzir a eficácia.

	Passo 2: Definir as principais mensagens de sustentabilidade	As empresas devem identificar as mensagens mais importantes que pretendem que os visitantes compreendam e ponham em prática. Estas podem estar relacionadas com a proteção ambiental, o respeito cultural, as normas de comportamento locais ou a utilização de recursos. As mensagens devem ser hierarquizadas e adaptadas ao contexto específico do destino.
	Passo 3: Conceber materiais e ferramentas de comunicação	As PME devem desenvolver materiais claros e envolventes, tais como sinalética, conteúdos digitais, guias impressos ou pistas visuais. Estes devem ser acessíveis, multilingues quando necessário e adaptados aos diferentes perfis de visitantes.
	Passo 4: Integrar a educação ao longo de toda a experiência do visitante	A informação sobre sustentabilidade deve estar presente em todas as fases da experiência: antes da chegada (e-mails, site), durante a visita (sessões informativas, sinalética, atividades) e após a partida (comunicação de acompanhamento). Isto garante a continuidade e o reforço das mensagens.
	Passo 5: Formar o pessoal e reforçar as capacidades	O pessoal deve receber formação sobre como comunicar mensagens de sustentabilidade de forma eficaz. Isto inclui a utilização de linguagem positiva, a adaptação a diferentes públicos e o incentivo a comportamentos responsáveis sem ser conflituoso.
	Passo 6: Criar oportunidades de participação	As PME devem identificar formas simples de envolver os visitantes, tais como atividades interativas, workshops ou iniciativas voluntárias. Estas oportunidades de envolvimento ativo devem ser realistas, significativas e alinhadas com o modelo de negócio.
	Passo 7: Monitorizar o envolvimento dos visitantes	As empresas devem observar como os visitantes reagem à informação e aos esforços de envolvimento. O feedback pode ser recolhido através de conversas informais, inquéritos ou observação. Isto ajuda a identificar o que funciona e o que precisa de ser melhorado.
	Passo 8: Rever e melhorar as estratégias de comunicação e envolvimento	Com base no feedback e na experiência, as PME devem atualizar regularmente as suas abordagens, simplificando as mensagens, melhorando as ferramentas e adaptando-se às novas expectativas dos visitantes ou aos desafios de sustentabilidade.

Resumo

Definição	Este princípio consiste em proporcionar aos visitantes o conhecimento e as oportunidades necessárias para reconhecerem, valorizarem e adotarem comportamentos responsáveis ao longo da sua experiência turística.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer informações claras sobre sustentabilidade. • Integrar a narrativa e a interpretação. • Incentivar comportamentos responsáveis através de ferramentas práticas.
Quadros de referência associados	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade cultural • Empoderamento da comunidade e inclusão social • Biodiversidade e Recursos Naturais



08



PRINCÍPIO 8

Inovação e Ferramentas de Transição Ecológica

Princípio 8: Inovação e Ferramentas de Transição Ecológica

Definição

De acordo com a OCDE, a eco-inovação envolve o desenvolvimento e a aplicação de novos produtos, processos e métodos organizacionais que reduzem os impactos ambientais e melhoram a eficiência na utilização dos recursos (OCDE, 2013). No setor do turismo, as ferramentas de inovação e transição verde referem-se à utilização de tecnologias, processos e modelos de negócio que ajudam as PME do setor a reduzir os impactos ambientais, a melhorar a eficiência operacional e a apoiar a transição para uma economia mais sustentável e com baixas emissões de carbono. Estas ferramentas podem incluir sistemas de energia renovável, tecnologias inteligentes de gestão de energia e água, soluções digitais de gestão de visitantes, ferramentas de mobilidade sustentável e abordagens inovadoras à conceção de serviços e às operações empresariais. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), a inovação e a transformação digital podem apoiar modelos turísticos mais eficientes, inclusivos e sustentáveis, contribuindo simultaneamente para objetivos de sustentabilidade mais amplos (OMT, 2025).

Para as PME do setor do turismo, a inovação oferece oportunidades práticas para melhorar o desempenho em matéria de sustentabilidade, manter a competitividade, responder às expectativas em constante mudança dos clientes e adaptar-se à evolução da regulamentação ambiental. Ao adotarem a inovação, as empresas podem reforçar a resiliência, melhorar a eficiência e criar valor a longo prazo, tanto para os destinos como para os visitantes.

Importância

Enfrentar os desafios ambientais, sociais e económicos

A inovação e as ferramentas de transição ecológica desempenham um papel crucial na resposta a muitos dos desafios ambientais, sociais e económicos que o setor do turismo enfrenta atualmente. À medida que os destinos procuram reduzir a sua pegada ambiental, mantendo-se simultaneamente competitivos e resilientes, as PME do setor do turismo necessitam cada vez mais de soluções práticas que apoiem formas de funcionamento mais sustentáveis.

Do ponto de vista ambiental, o turismo contribui para as emissões de gases com efeito de estufa, o consumo de recursos, a produção de resíduos e a pressão sobre os ecossistemas naturais. A inovação pode ajudar as PME a reduzir estes impactos através da adoção de tecnologias mais eficientes e de práticas empresariais sustentáveis. Entre os exemplos contam-se sistemas inteligentes de gestão de energia, tecnologias de energias renováveis, dispositivos de poupança de água, ferramentas de monitorização digital e soluções de redução de resíduos. Estas inovações permitem às empresas melhorar o seu desempenho ambiental, reduzindo simultaneamente os custos operacionais.

De uma perspetiva social, a inovação pode reforçar as ligações entre as empresas turísticas, os visitantes e as comunidades locais. As plataformas digitais podem ajudar a promover fornecedores locais, apoiar experiências turísticas baseadas na comunidade e melhorar a acessibilidade para diversos grupos de visitantes. A inovação pode também melhorar a comunicação, facilitar o envolvimento das partes interessadas e criar novas oportunidades de participação e colaboração nos destinos.

De uma perspetiva económica, as PME do setor do turismo enfrentam uma pressão crescente para se manterem competitivas, ao mesmo tempo que respondem às expectativas em constante mudança dos consumidores, aos custos operacionais crescentes e à evolução da regulamentação ambiental. A inovação proporciona às empresas novas formas de melhorar a eficiência, desenvolver produtos e serviços sustentáveis, aceder a novos mercados e reforçar a resiliência a longo prazo. Ao adotarem a inovação, as PME podem adaptar-se de forma mais eficaz aos desafios emergentes, criando simultaneamente valor tanto para os visitantes como para os destinos.

As ferramentas de inovação e de transição ecológica desempenham, portanto, um papel importante no apoio a um setor turístico mais sustentável, resiliente e orientado para o futuro.



Benefícios para as PME

A integração de ferramentas de inovação e de transição ecológica nas operações empresariais oferece vários benefícios para as PME do setor do turismo:

- ✓ **Maior eficiência na utilização de recursos e poupança de custos:** as tecnologias inovadoras podem ajudar as empresas a reduzir o consumo de energia, o uso de água e a produção de resíduos, ao mesmo tempo que diminuem os custos operacionais. Estas eficiências podem melhorar o desempenho financeiro e reduzir a exposição ao aumento dos preços dos recursos.
- ✓ **Maior competitividade:** Os viajantes procuram cada vez mais experiências turísticas sustentáveis e responsáveis. As PME que adotam soluções inovadoras de sustentabilidade podem diferenciar-se no mercado e atrair visitantes com consciência ambiental.
- ✓ **Reputação da marca reforçada:** Ações visíveis de sustentabilidade e práticas inovadoras podem reforçar a credibilidade da empresa e demonstrar um compromisso com o turismo responsável. Isto pode aumentar a confiança dos clientes, reforçar a identidade da marca e apoiar o crescimento empresarial a longo prazo.
- ✓ **Acesso a novas oportunidades:** As empresas que apostam na inovação podem ter acesso a oportunidades de financiamento centradas na sustentabilidade, parcerias, sistemas de certificação e redes de turismo ecológico. Estas oportunidades podem apoiar a melhoria contínua e o desenvolvimento futuro.



Ações-chave para as PME



1 Adotar tecnologias energeticamente eficientes e renováveis

Um primeiro passo prático para as PME do setor do turismo consiste em reduzir a sua pegada ambiental através da adoção de equipamentos energeticamente eficientes e de soluções de energia renovável. Isto pode incluir a instalação de iluminação LED, termóstatos inteligentes, sensores de movimento e sistemas de gestão de energia para otimizar o consumo energético e reduzir o desperdício. Sempre que for financeira e tecnicamente viável, as empresas podem também investir em

tecnologias de energia renovável, tais como painéis solares, para reduzir as emissões de carbono e melhorar a segurança energética. Estas medidas não só contribuem para a sustentabilidade ambiental, como também podem gerar poupanças significativas a longo prazo.

2 Utilizar ferramentas digitais para monitorizar e otimizar a utilização de recursos

As tecnologias digitais podem ajudar as PME do setor do turismo a compreender e gerir melhor os seus impactos ambientais. Ao implementar ferramentas que monitorizam o consumo de energia, a utilização da água e a produção de resíduos, as empresas podem identificar ineficiências, detetar problemas como fugas de água ou consumo excessivo de recursos e tomar decisões mais informadas. As informações baseadas em dados permitem às PME acompanhar o progresso, avaliar o desempenho em termos de sustentabilidade e implementar melhorias específicas que apoiem tanto os objetivos ambientais como os financeiros.

3 Colaborar com plataformas digitais e redes de inovação ecológica

As PME do setor do turismo podem acelerar a sua transição verde através do envolvimento com plataformas digitais, redes de inovação e iniciativas centradas na sustentabilidade. Isto pode incluir a promoção de conquistas em matéria de sustentabilidade através de plataformas de reservas, a adesão a redes de turismo com certificação ecológica, como a Ecobnb ou a Green Pearls, ou a participação em centros de inovação, como os Centros Europeus de Inovação Digital (EDIHs). Estas redes oferecem oportunidades para aceder a novos conhecimentos, descobrir ferramentas inovadoras, partilhar melhores práticas e colaborar com outras partes interessadas que trabalham no sentido de modelos turísticos mais sustentáveis. A participação pode também ajudar as PME a superar barreiras comuns à inovação, incluindo conhecimentos técnicos limitados e acesso restrito a recursos e apoio.

Aplicação nos setores do turismo

As ferramentas de inovação e de transição ecológica podem ser aplicadas em diferentes setores do turismo, sendo que cada setor as utiliza de formas distintas, dependendo da natureza das suas atividades e da sua interação com os recursos ambientais, culturais e comunitários.

Ecoturismo

No ecoturismo, a inovação e as ferramentas verdes são utilizadas para minimizar o impacto ambiental, reforçando simultaneamente os resultados em matéria de conservação. As PME deste setor podem implementar soluções de energia renovável, tais como alojamentos alimentados a energia solar, bem como sistemas inteligentes de gestão da água e tecnologias de monitorização de resíduos, para reduzir a pressão sobre os ecossistemas locais. As ferramentas de monitorização digital também podem ser utilizadas para avaliar o impacto na biodiversidade e acompanhar a pressão dos visitantes em áreas sensíveis. Além disso, as aplicações móveis e os guias digitais podem sensibilizar os turistas para um comportamento responsável e até incentivar a participação em atividades de ciência cidadã, como a recolha de dados ambientais.

Turismo cultural

No turismo cultural, as ferramentas de inovação desempenham um papel fundamental tanto na promoção como na proteção do património cultural. Tecnologias digitais, como a realidade virtual e as

visitas virtuais, permitem aos visitantes vivenciar locais e atividades culturais sem contribuir para danos físicos ou sobrelotação. Estas ferramentas podem também atrair novos públicos, particularmente visitantes mais jovens, ao oferecerem experiências mais envolventes e interativas. Os sistemas inteligentes de gestão de visitantes e as plataformas digitais de bilhética podem apoiar ainda mais a sustentabilidade, regulando os fluxos turísticos. Ao agendar horários de entrada e monitorizar os níveis de ocupação em tempo real, estas ferramentas ajudam a reduzir a pressão sobre os locais patrimoniais, melhorando simultaneamente a experiência global do visitante.

Turismo de aventura

No turismo de aventura, a inovação e as ferramentas de transição ecológica são essenciais tanto para a proteção ambiental como para a segurança dos visitantes. Este tipo de turismo decorre frequentemente em ambientes naturais, como montanhas, florestas ou zonas costeiras, onde as condições podem mudar rapidamente e os riscos podem ser mais elevados. As ferramentas digitais podem reforçar tanto a segurança como a sustentabilidade. Por exemplo, aplicações meteorológicas e sistemas de alerta precoce podem alertar os visitantes para condições perigosas, como tempestades ou avalanches. Em zonas montanhosas, os sistemas de monitorização de avalanches fornecem atualizações de risco em tempo real, permitindo que as atividades sejam planeadas de forma mais segura. Uma maior consciencialização sobre as condições ambientais e os riscos também incentiva um comportamento mais responsável entre os visitantes. À medida que os turistas se tornam mais informados, é mais provável que respeitem a biodiversidade, sigam as orientações e adaptem o seu comportamento para apoiar práticas sustentáveis.

Em todos os setores do turismo, a inovação e as ferramentas de transição ecológica podem ajudar as empresas a melhorar o desempenho em matéria de sustentabilidade, reduzir os impactos ambientais, melhorar as experiências dos visitantes e reforçar a resiliência a longo prazo. Seja através de tecnologias renováveis, soluções digitais ou novos modelos de negócio, a inovação oferece oportunidades práticas às PME do setor do turismo para apoiarem a transição para um setor turístico mais sustentável e competitivo.

Roteiro para a implementação

 Passo 1: Avaliar as práticas atuais	Comece por analisar as suas operações atuais. Identifique onde a sua empresa consome mais recursos (por exemplo, energia, água, materiais) e onde é possível introduzir melhorias. Tenha em conta tanto o impacto ambiental como a eficiência operacional.
 Passo 2: Definir objetivos claros e exequíveis	Defina objetivos de sustentabilidade realistas com base na sua avaliação. Estes podem incluir a redução do consumo de energia, a minimização de resíduos, a melhoria da eficiência na utilização de recursos ou o aumento da sensibilização dos clientes para práticas sustentáveis.
 Passo 3: Identificar ferramentas e tecnologias inovadoras	Explore as ferramentas e soluções disponíveis que possam apoiar as suas metas. Estas podem incluir sistemas inteligentes de gestão de energia, tecnologias de poupança de água, ferramentas digitais de marcação ou gestão de visitantes, ou plataformas que promovam produtos e serviços sustentáveis. Escolha soluções adequadas à dimensão da sua empresa e ao seu orçamento.

 Passo 4: Formar o pessoal e envolver as partes interessadas	Assegure-se de que os seus colaboradores compreendem a importância da sustentabilidade e sabem como utilizar as novas ferramentas de forma eficaz. Envolve fornecedores, parceiros e comunidades locais para apoiar os seus esforços. A colaboração pode ajudar a maximizar o impacto e garantir que as soluções sejam adaptadas ao contexto local.
 Passo 5: Monitorizar o desempenho e medir o progresso	Acompanhe o seu progresso utilizando indicadores simples, tais como o consumo de energia, o consumo de água, a redução de resíduos ou o feedback dos clientes. A monitorização regular permite-lhe avaliar o que está a funcionar e identificar áreas que necessitam de melhorias adicionais.
 Passo 6: Divulgue as suas conquistas	Partilhe as suas ações e resultados em matéria de sustentabilidade com os clientes através do seu site, das redes sociais ou de comunicações no local. Isto ajuda a criar confiança, a reforçar a sua marca e a atrair visitantes com consciência ambiental.

Este roteiro fornece orientações práticas para a implementação de Ferramentas de Inovação e Transição Ecológica na sua organização. Para uma abordagem mais abrangente à integração da sustentabilidade em todos os aspetos do seu negócio, consulte o Percurso de Implementação da Sustentabilidade no final deste Quadro.



Resumo

Definição	As «Ferramentas de Inovação e Transição Ecológica» referem-se à utilização de tecnologias, processos e modelos de negócio que ajudam as PME do setor do turismo a reduzir os impactos ambientais, a melhorar a eficiência dos recursos e a apoiar a transição para operações turísticas mais sustentáveis.
Ações-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Adote tecnologias energeticamente eficientes e renováveis. • Utilizar ferramentas digitais para monitorizar e otimizar a utilização de recursos. • Colaborar com plataformas digitais e redes de inovação verde.
Princípios relacionados	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Sustentável dos Recursos • Ação Climática e Resiliência • Educação e Envolvimento dos Visitantes



QUADRO DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICA

Guia de Implementação

A sua jornada rumo à sustentabilidade

Guia de Implementação – A sua jornada rumo à sustentabilidade

Esta secção fornece um roteiro prático para ajudar as PME do setor do turismo a traduzir os oito Princípios de Prática em ações concretas. Em vez de implementarem todos os princípios de uma só vez, as empresas são encorajadas a adotar uma abordagem gradual e estruturada que reflita a sua dimensão, recursos e nível de maturidade em matéria de sustentabilidade. A Jornada de Implementação da Sustentabilidade apoia as PME do setor do turismo na transição da sensibilização e avaliação para a implementação, monitorização e melhoria contínua.

O roteiro deve ser encarado como um guia flexível e não como um processo rígido. As empresas podem avançar a ritmos diferentes e dar prioridade a princípios distintos, dependendo do seu contexto, mas o objetivo geral mantém-se o mesmo: integrar a sustentabilidade nas operações quotidianas e na tomada de decisões a longo prazo.

Jornada de Sustentabilidade Lista de verificação



Preencha esta lista de verificação para iniciar a sua jornada de sustentabilidade. Assinale cada caixa à medida que avança nas oito etapas.



Aprender

Explore o Quadro de Princípios Práticos e compreenda os oito princípios de sustentabilidade.



Definir objetivos

Defina objetivos de sustentabilidade SMART para orientar o seu progresso.



Avaliar

Preencha a Autoavaliação de Sustentabilidade para identificar a sua posição atual.



Explorar

Explore o seu Guia Nacional de Apoio para aceder a recursos e apoio locais.



Priorizar

Selecione os três princípios mais importantes para o seu negócio.



Implementar

Ponha as suas ações em prática e envolva a sua equipa e as partes interessadas.



Planear

Crie um plano de ação simples com objetivos claros e prazos.



Rever

Monitorize o progresso, celebre as conquistas e identifique oportunidades de melhoria.

Pronto?

Vire a página para preencher a sua Autoavaliação de Sustentabilidade.



para orientar a sua Jornada de Sustentabilidade



Os 8 Princípios Práticos

Orientar a sua jornada de sustentabilidade



Em conjunto, estes princípios constituem um quadro prático para ajudar as PME do setor do turismo a tornarem-se mais sustentáveis, resilientes e competitivas.



Roteiro da Jornada de Sustentabilidade



de uma ferramenta de autoavaliação de sustentabilidade

Em que ponto se encontra na sua jornada de sustentabilidade?

Responsabilidade ambiental

	Sim	Em parte	Não
Identificámos os principais impactos ambientais da nossa atividade			
Dispomos de medidas para reduzir a nossa pegada ambiental			
Revisamos e melhoramos regularmente as nossas práticas ambientais			

Biodiversidade e Recursos Naturais

	Sim	Em parte	Não
Compreendemos como as nossas atividades afetam os ecossistemas locais e os recursos naturais			
Tomamos medidas para minimizar os impactos negativos na biodiversidade			
Apoiamos ativamente a proteção ou a valorização dos recursos naturais locais			

Sustentabilidade cultural

	Sim	Em parte	Não
Promovemos e respeitamos a cultura, o património e as tradições locais			
Colaboramos com os intervenientes culturais locais, sempre que apropriado			
As nossas experiências turísticas ajudam os visitantes a compreender e a apreciar a cultura local			

Gestão sustentável dos recursos

	Sim	Em parte	Não
Monitorizamos a nossa utilização de energia, água ou outros recursos			
Trabalhamos ativamente para reduzir o desperdício e melhorar a eficiência			
Analisamos regularmente oportunidades para melhorar a gestão de recursos			

Empoderamento da comunidade e inclusão social

	Sim	Em parte	Não
Colaboramos com as comunidades locais e as partes interessadas			
Apoiamos fornecedores, empresas ou programas comunitários locais			
Procuramos garantir que os nossos serviços e oportunidades sejam inclusivos e acessíveis			

Ação Climática e Resiliência

	Sim	Em parte	Não
Compreendemos os riscos relacionados com o clima que podem afetar a nossa atividade			
Implementámos medidas para reduzir as emissões ou os impactos ambientais			
Estamos a tomar medidas para melhorar a resiliência face a futuros desafios climáticos			

Educação e envolvimento dos visitantes

	Sim	Em parte	Não
Fornecemos aos visitantes informações sobre práticas de turismo responsável			
As mensagens de sustentabilidade estão integradas nas experiências dos visitantes			
Incentivamos os visitantes a contribuírem positivamente para o destino			

Ferramentas de inovação e transição ecológica

	Sim	Em parte	Não
Utilizamos tecnologia ou inovação para melhorar o desempenho em matéria de sustentabilidade			
Exploramos novas ferramentas ou abordagens para reduzir os impactos ambientais			
A inovação é tida em conta no planeamento de melhorias futuras			

Compreender os seus resultados

Na maioria das vezes...	Interpretação
Não	Esta área pode representar uma prioridade para ações futuras
Em parte	Foram feitos bons progressos, mas ainda há margem para melhorias
Sim	As práticas de sustentabilidade estão a tornar-se parte integrante desta área do seu negócio

Questões para reflexão

Depois de concluir a avaliação, reflita sobre as seguintes questões:

1. Quais são os princípios que representam as suas áreas de melhor desempenho?

2. Quais são os princípios que requerem maior melhoria?**3. Quais são os desafios de sustentabilidade mais relevantes para a sua empresa e porquê?****4. Que recursos, parcerias ou apoio poderiam ajudá-lo a reforçar os seus esforços em matéria de sustentabilidade?****Definir prioridades**

Tentar abordar todos os desafios de sustentabilidade de uma só vez pode ser esmagador. Em vez disso, identifique até três áreas prioritárias que terão o maior impacto positivo no seu negócio, nos visitantes, na comunidade e no ambiente.

Prioridade 1:
Prioridade 2:
Prioridade 3:

Estas prioridades podem, em seguida, ser utilizadas para desenvolver um Plano de Ação de Sustentabilidade e orientar a implementação dos Princípios de Prática ao longo do tempo.

PLANO DE AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Transforme as suas prioridades em ações práticas.

Com base na sua autoavaliação, escolha até três áreas prioritárias e crie um plano de ação para impulsionar a melhoria no seu negócio.

Concentre-se em ações que sejam exequíveis, relevantes e que tenham o maior impacto positivo para a sua empresa.

Dica: Utilize o guia SMART na página seguinte para o ajudar a definir as suas ações.

1

ÁREA PRIORITÁRIA N.º 1

Identifique o Princípio de Prática a que esta área se refere.

OBJETIVO

O que pretende alcançar?

AÇÕES

Que ações específicas vai tomar?

-
-
-

NOTAS

CALENDÁRIO

Quando é que o vais fazer?

PESSOA RESPONSÁVEL

Quem irá liderar isto?

INDICADOR DE SUCESSO

Como saberá que foi alcançado?

2

ÁREA DE PRIORIDADE N.º 2

Identifique o princípio prático a que esta área se refere.

OBJETIVO

O que pretende alcançar?

AÇÕES

Que ações específicas vai tomar?

-
-
-

NOTAS**CRONOGRAMA**

Quando é que o vais fazer?

PESSOA RESPONSÁVEL

Quem irá liderar isto?

INDICADOR DE SUCESSO

Como saberá que foi alcançado?



3

ÁREA DE PRIORIDADE N.º 3

Identifique o princípio prático a que esta área se refere.

OBJETIVO

O que pretende alcançar?

AÇÕES

Que ações específicas vai tomar?

-
-
-

NOTAS**CALENDÁRIO**

Quando é que o vais fazer?

PESSOA RESPONSÁVEL

Quem irá liderar isto?

INDICADOR DE SUCESSO

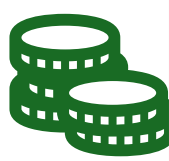
Como saberá que foi alcançado?

RECURSOS E APOIO NECESSÁRIOS

De que apoio ou recursos necessita para que estas ações sejam bem-sucedidas?



Formação e reforço de capacidades



Financiamento ou investimento



Tecnologia ou equipamento



Conhecimentos especializados externos ou consultoria



Parcerias e colaboração



Apoio das autoridades locais/organismos de turismo



Outros

DATA DE REVISÃO

Defina uma data para analisar o seu progresso e atualizar o seu plano de ação.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE SMART

Transforme ideias em ações de sustentabilidade claras e exequíveis.

S	M	A	R	T
ESPECÍFICO	MENSURÁVEL	ALCANÇÁVEL	RELEVANTE	COM PRAZO DEFINIDO
Defina claramente o que pretende alcançar.	Identifique como o sucesso será medido.	Estabeleça objetivos realistas com base nos recursos disponíveis.	Certifique-se de que a meta apoia as suas prioridades de sustentabilidade.	Estabeleça um prazo claro para a conclusão.
OBJETIVO SMART FÓRMULA A SUA FÓRMULA DE OBJETIVO SMART	Vou [ação] em [quantidade] dentro de [prazo] para alcançar [objetivo de sustentabilidade].			
EXEMPLO	Vou reduzir o consumo de eletricidade em 10% no prazo de 12 meses, instalando iluminação LED e melhorando a monitorização do consumo de energia.			

EXEMPLOS NÃO SMART VS. SMART

NÃO SMART		SMART
✗ Reduzir o consumo de energia.	→	✓ Reduzir o consumo de eletricidade em 10% no prazo de 12 meses através da instalação de iluminação LED e de equipamento energeticamente eficiente.
✗ Apoiar as empresas locais.	→	✓ Aumentar as despesas com fornecedores locais para 50% do total das aquisições na próxima época turística.
✗ Sensibilizar os visitantes.	→	✓ Fornecer informações sobre sustentabilidade a 100% dos visitantes através de e-mails enviados antes da chegada e de sinalética no local até ao início da próxima época.

CRIE A SUA PRÓPRIA META INTELIGENTE

A minha meta de sustentabilidade:

Como é que vou avaliar o sucesso?

Data prevista de conclusão:

DICA: Reveja regularmente os teus objetivos e comemora os progressos ao longo do caminho!



QUADRO DE PRINCÍPIOS DE PRÁTICA

Conclusão

Conclusão

Um Quadro de Ação

O Quadro de Princípios Práticos foi desenvolvido para ajudar as PME do setor do turismo a passar da consciencialização sobre a sustentabilidade para a implementação prática e a transformação a longo prazo. Proporciona um caminho prático e acessível para traduzir os princípios de sustentabilidade em ações concretas que possam ser integradas nas operações diárias, na tomada de decisões estratégicas e no desenvolvimento futuro dos negócios.

O quadro reconhece que a sustentabilidade já não é uma consideração opcional para as empresas do setor do turismo. As pressões ambientais, os riscos relacionados com o clima, as expectativas em constante mudança dos visitantes, os requisitos políticos em evolução e as crescentes exigências em matéria de responsabilidade social estão a remodelar o contexto em que as PME do setor do turismo operam. Neste ambiente, a sustentabilidade deve ser entendida não apenas como um objetivo ambiental, mas como uma abordagem estratégica que contribui para a resiliência empresarial, a competitividade e a viabilidade a longo prazo.

Embora cada princípio aborde um aspeto específico da sustentabilidade, em conjunto formam um quadro integrado que apoia uma visão mais holística do desenvolvimento do turismo. O quadro demonstra que a sustentabilidade não pode ser alcançada através de ações isoladas ou intervenções pontuais. Em vez disso, requer esforços coordenados nas dimensões ambiental, social, cultural, comportamental e organizacional.

Apoiar a Transição Ambiental

Uma parte significativa do quadro centra-se no apoio à transição ambiental das PME do setor do turismo, reconhecendo que a qualidade ambiental, a biodiversidade, a estabilidade climática e a disponibilidade de recursos são condições fundamentais para a viabilidade a longo prazo dos destinos turísticos. Os princípios da Responsabilidade Ambiental, da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, da Gestão Sustentável dos Recursos e da Ação Climática e Resiliência destacam, em conjunto, a necessidade de reduzir os impactos ambientais, reforçando simultaneamente a capacidade das empresas e dos destinos para se adaptarem aos desafios emergentes.

Estes princípios reconhecem que o turismo depende dos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, os afeta. A qualidade das paisagens, dos ecossistemas, da biodiversidade, dos recursos hídricos e das condições climáticas influencia diretamente a atratividade e a viabilidade dos destinos turísticos. Ao mesmo tempo, as atividades turísticas podem contribuir para o esgotamento dos recursos, a poluição, a degradação dos habitats e as emissões de gases com efeito de estufa, se não forem geridas de forma responsável. O quadro, por conseguinte, incentiva as PME a adotarem uma abordagem mais proativa e sistemática à gestão ambiental. Isto inclui melhorar a eficiência dos recursos, reduzir os resíduos e as emissões, proteger os ativos naturais, integrar medidas de adaptação às alterações climáticas e ter em conta os impactos ambientais ao longo de toda a cadeia de valor. É importante referir que estas ações

não são apresentadas apenas como responsabilidades ambientais; são também oportunidades para reduzir os custos operacionais, melhorar a eficiência, reforçar a continuidade das atividades e responder às crescentes expectativas do mercado.

Ao integrar a responsabilidade ambiental nas operações diárias e no planeamento a longo prazo, as PME do setor do turismo podem contribuir para destinos mais resilientes, salvaguardando simultaneamente os recursos naturais dos quais depende o seu sucesso futuro.

Reforço da Sustentabilidade Social e Cultural

A sustentabilidade no turismo vai além das considerações ambientais. O quadro também destaca a importância de manter ligações fortes entre o turismo, as comunidades locais e o património cultural através dos princípios do Empoderamento da Comunidade, da Inclusão Social e da Sustentabilidade Cultural. O turismo pode gerar benefícios económicos e sociais significativos para os destinos, mas esses benefícios nem sempre são distribuídos de forma equitativa. Se as comunidades locais forem excluídas dos processos de tomada de decisão ou se os bens culturais forem tratados meramente como produtos comerciais, o turismo pode contribuir para tensões sociais, perda de identidade e redução do apoio da comunidade. A sustentabilidade a longo prazo depende, portanto, de garantir que o desenvolvimento do turismo se mantenha inclusivo, participativo e respeitador das realidades locais.

Este quadro promove abordagens que capacitam as comunidades locais, apoiam práticas laborais justas, incentivam parcerias significativas e reconhecem o valor do conhecimento local e da diversidade cultural. Salienta também a importância de proteger tanto o património cultural material como imaterial, garantindo que as tradições, as histórias, as práticas e as identidades continuem a prosperar a par do desenvolvimento do turismo. Ao integrar a inclusão social e a sustentabilidade cultural nas atividades turísticas, as PME podem criar experiências mais autênticas para os visitantes, reforçar as relações com as partes interessadas locais e contribuir para que os destinos se mantenham vibrantes, distintos e resilientes ao longo do tempo.

Promover a Mudança Comportamental e Organizacional

A transição para a sustentabilidade requer também mudanças nos comportamentos, atitudes e práticas organizacionais. Isto reflete-se nos princípios da «Educação e Envolvimento dos Visitantes» e das «Ferramentas de Inovação e Transição Ecológica». Os visitantes desempenham um papel central na definição dos impactos do turismo. As suas escolhas, comportamentos e interações com os destinos influenciam o consumo de recursos, a qualidade ambiental, a preservação cultural e o bem-estar da comunidade. Por esta razão, as PME do setor do turismo têm a importante responsabilidade de informar, inspirar e envolver os visitantes em práticas mais sustentáveis. Através da interpretação, da comunicação, da narração de histórias e de experiências participativas, as empresas podem ajudar a transformar os visitantes de consumidores passivos em contribuintes ativos para os objetivos de sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, a inovação e as ferramentas de transição verde proporcionam os mecanismos práticos necessários para apoiar esta mudança. As tecnologias digitais, a tomada de decisões baseada em dados, os sistemas de monitorização de recursos, as soluções de energia renovável e os novos

modelos de negócio podem ajudar as PME a melhorar a eficiência, medir o progresso e identificar novas oportunidades de crescimento sustentável. Estes princípios sublinham que a sustentabilidade não se resume apenas à gestão de impactos, mas também à promoção da aprendizagem, da inovação, da colaboração, da mudança comportamental e da melhoria contínua. Demonstram que as soluções tecnológicas são mais eficazes quando combinadas com pessoas informadas e empenhadas, tanto no seio das empresas como entre os visitantes.

De melhorias incrementais à transformação a longo prazo

Uma mensagem recorrente ao longo de todo o quadro é que a sustentabilidade deve ser vista como uma jornada e não como um destino fixo. As PME do setor do turismo operam em condições diversas e enfrentam frequentemente limitações em termos de recursos, tempo, conhecimentos especializados e capacidade de investimento. Por esta razão, o quadro promove uma abordagem progressiva e escalável que permite às empresas começarem com ações exequíveis e, gradualmente, desenvolverem práticas de sustentabilidade mais avançadas ao longo do tempo. Muitas das ações recomendadas podem gerar benefícios imediatos através de uma maior eficiência, redução de custos ou aumento da satisfação dos visitantes. No entanto, o quadro também incentiva as PME a olharem para além das melhorias a curto prazo e a considerarem como os seus modelos de negócio poderão ter de evoluir em resposta a mudanças ambientais, sociais e económicas a longo prazo.

Em particular, os impactos crescentes das alterações climáticas, da escassez de recursos, das mudanças demográficas e das expectativas em constante evolução dos consumidores destacam a importância de desenvolver capacidade de adaptação e resiliência. As empresas que forem capazes de antecipar a mudança, aprender com a experiência, colaborar com as partes interessadas e inovar continuamente estarão melhor posicionadas para prosperar num ambiente cada vez mais complexo e incerto. O quadro, portanto, apoia uma progressão desde a sensibilização e a ação inicial até à adaptação, inovação e, em última instância, transformação. Esta evolução é essencial para que o turismo continue a ser uma força positiva para os destinos, as comunidades e as gerações futuras.

Reflexão final

O Quadro de Princípios Práticos FOOTPRINT destina-se, em última análise, a apoiar um setor do turismo mais sustentável, resiliente, inclusivo e orientado para o futuro. Proporciona às PME do setor do turismo orientações práticas, reconhecendo simultaneamente a complexidade dos desafios que enfrentam e a diversidade dos contextos em que operam. Os princípios demonstram que a sustentabilidade não é da responsabilidade de um único interveniente nem o resultado de uma única intervenção. Resulta dos esforços coletivos de empresas, visitantes, comunidades, decisores políticos e outras partes interessadas que trabalham em prol de objetivos comuns. As PME do setor do turismo, apesar da sua dimensão, têm um papel particularmente importante a desempenhar nesta transição, devido à sua estreita ligação aos destinos, às comunidades e aos visitantes.

Ao implementar progressivamente estes princípios, as PME do setor do turismo podem contribuir não só para reduzir os impactos negativos, mas também para criar valor ambiental, social, cultural e

económico positivo. Ao fazê-lo, ajudam a moldar um modelo de turismo que protege os bens naturais e culturais, fortalece as comunidades locais, apoia a inovação e se mantém capaz de responder aos desafios futuros. A transição para a sustentabilidade é um processo contínuo, mas constitui também uma oportunidade para repensar a forma como o turismo cria valor para as empresas, as comunidades, os visitantes e os destinos. Através do empenho, da colaboração e da melhoria contínua, as PME do setor do turismo podem tornar-se motores fundamentais de um setor turístico mais bem preparado para o futuro e capaz de gerar benefícios duradouros tanto para os destinos como para os residentes, as empresas e os visitantes.

Referências

Aransyah, M. F., Hermanto, B., Muftiadi, A., & Oktadiana, H. (2025). Explorando inovações orientadas para a sustentabilidade no turismo: perspectivas da modernização ecológica, difusão de inovações e o tripé da sustentabilidade. *Cogent Social Sciences*, 11(1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2447396>

Bacigalupo, M., Wiek, A., de Angelis, R., Montiel, I., Bubikova-Moan, J., Ospina, A. V., McCallum, E., et al. (2022). *GreenComp: O quadro europeu de competências em sustentabilidade*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://doi.org/10.2760/13286>

Economia circular. (2026, 10 de junho). *Ambiente*. https://environment.ec.europa.eu/strategy/circular-economy_en

DIRETIVA (UE) 2022/2464 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE, no que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade das empresas. (2026). *EUR-Lex* (n.º 02022L2464-20260318). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02022L2464-20260318>

EarthCheck. (2024). Normas certificadas pela EarthCheck e quadro de referência. EarthCheck. <https://earthcheck.org>

Plataforma de Turismo da UE | Plataforma de Turismo da UE. <https://transition-pathways.europa.eu/tourism>

Comissão Europeia (2019), *O Pacto Verde Europeu*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação. (2022). *GreenComp: O quadro europeu de competências em sustentabilidade* (Bacigalupo et al.). Serviço das Publicações da União Europeia. <https://doi.org/10.2760/13286>

Comissão Europeia. (2017). *Manual do utilizador do Rótulo Ecológico da UE para serviços de alojamento turístico*. Comissão Europeia. <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC133332>.

Comissão Europeia. (2019). *O Pacto Verde Europeu*. Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52019DC0640>.

Comissão Europeia. (2021). *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES VAZIO: Construir uma Europa resiliente às alterações climáticas — a nova estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas*. *EUR-Lex* (n.º 52021DC0082). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2021:82:FIN>

Comissão Europeia. (2021). *Plano de ação para o pilar europeu dos direitos sociais*. Serviço das Publicações da União Europeia. https://commission.europa.eu/publications/european-pillar-social-rights-action-plan_en

Comissão Europeia. (2022). *Agenda Europeia para a Cultura*. Comissão Europeia. <https://culture.ec.europa.eu>

- Comissão Europeia. (2022). Rumo a um património cultural verde, digital e resiliente. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://op.europa.eu>
- Comissão Europeia. (2022). Roteiro de transição para o turismo. Comissão Europeia. https://single-market-economy.ec.europa.eu/news/transition-pathway-tourism-published-today-2022-02-04_en
- Comissão Europeia. (2024). O Novo Bauhaus Europeu. <https://new-european-bauhaus.europa.eu>
- Rede Europeia para o Turismo Acessível. (2023). Turismo acessível na Europa: boas práticas e recomendações. ENAT. https://www.accessibletourism.org/?i=enat.en.enat_projects_and_good_practices
- Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos. (s. d.). Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental. <https://unric.org/en/sdg-13/>
- Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. (2023). Relatório de Síntese do AR6: Alterações Climáticas 2023: Anexos e índice. IPCC. https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_AnnexesIndex.pdf
- Organização Internacional de Normalização. (2009). ISO 26000: Orientações sobre Responsabilidade Social. Em *Discovering ISO 26000* (ISBN 978-92-67-10973-2). <https://www.iso.org/publication/PUB100258.html>
- Mazurkiewicz, Piotr Andrzej. (2004) Responsabilidade ambiental das empresas: é possível um quadro comum de RSE? (Inglês). Washington, DC: Banco Mundial. <http://documents.worldbank.org/curated/en/577051468339093024>
- Milanović Pešić, A., Brankov, J., & Oliveira Moreira, C. (2025). Turismo sustentável e utilização dos recursos naturais — Práticas contemporâneas e desafios de gestão. *Sustainability*, 17(6), 2383. <https://doi.org/10.3390/su17062383>
- OCDE (2013), Inovação Verde nos Serviços Turísticos, Documentos da OCDE sobre Turismo, 2013/01, Edições da OCDE, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/5k4bxkt1cjd2-en>
- P. Soler, M. Iraola Iribarren (2025) A sustentabilidade vai moldar a primeira estratégia de turismo de sempre da UE. Euronews. <https://www.euronews.com/my-europe/2025/10/21/eu-unveils-first-ever-tourism-strategy-focusing-on-sustainability>
- Pernice, D. (2025) Turismo. Fichas informativas sobre o turismo na União Europeia | Fichas informativas sobre a União Europeia | Parlamento Europeu
- O que é a responsabilidade social das empresas (RSE)? (2026). Ministério da Economia. <https://www.economie.gouv.fr/entreprises/gerer-son-entreprise-au-quotidien/gerer-sa-comptabilite-et-ses-demarches/quest-ce-que-la-responsabilite-societale-des-entreprises-rse>
- Ramboll, Acteon e ADEME. (2024). Adaptação às alterações climáticas 2024: Operadores e territórios turísticos adaptam-se para fazer face às alterações climáticas. Em ADEME (N.º 9791029723513). <https://librairie.ademe.fr/changement-climatique/7379-operateurs-et-territoires-touristiques-s-adapter-pour-faire-face-au-changement-climatique-9791029723513.html#product-presentation>

Singjai, K., Winata, L., & Kummer, T. (2018). Iniciativas ecológicas e a sua vantagem competitiva para o setor hoteleiro nos países em desenvolvimento. *International Journal of Hospitality Management*, 75, 131–143. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2018.03.007>

Os benefícios da implementação de um sistema de gestão ambiental para a sua empresa. (s. d.). ISO. <https://www.iso.org/climate-change/environmental-management-system-ems>

Os benefícios da implementação de um sistema de gestão ambiental para a sua empresa. (s. d.). ISO. <https://www.iso.org/climate-change/environmental-management-system-ems>

O Pacto Verde Europeu. (s. d.). Comissão Europeia. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

O Pacto Verde Europeu. (s. d.). Comissão Europeia. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

A transição ecológica do turismo. Mobilidade e Transportes. Comissão Europeia https://transport.ec.europa.eu/tourism/transition-eu-tourism/green-transition-tourism_en

Tilavova M., Safarova N., Alimova B., Bo 'ronova N. (2024) O ecoturismo como estratégia de desenvolvimento sustentável: explorando o papel da gestão dos recursos naturais, *E3S Web of Conferences* 587, p. 05020 <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202458705020>

Organização Mundial do Turismo. (2018). Sinergias entre o turismo e a cultura. <https://www.untourism.int/global/publication/tourism-and-culture-synergies>

Organização Mundial do Turismo. (2025) Inovação na Organização Mundial do Turismo, <https://www.untourism.int/innovacion-transformacion-digital#:~:text=Para%20ser%20uma%20referência%20para,moldar%20o%20futuro%20do%20turismo.>

UNESCO. (2003). Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. UNESCO. <https://ich.unesco.org/en/convention>

UNESCO. (2023). Programa do Património Mundial e do Turismo Sustentável. UNESCO. <https://whc.unesco.org/en/tourism>

Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE). Gestão Sustentável dos Recursos. <https://unece.org/sustainable-energy/sustainable-resource-management>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022). Indicadores Cultura | 2030. Edições da UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2020). Educação para o desenvolvimento sustentável: Um roteiro. Edições da UNESCO. <https://www.unesco.org/en/articles/education-sustainable-development-roadmap>.

Organização Mundial do Turismo. Biodiversidade. <https://www.untourism.int/sustainable-development/biodiversity>

Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. Ecoturismo e Áreas Protegidas. 2025 <https://www.untourism.int/sustainable-development/ecotourism-and-protected-areas>

Turismo das Nações Unidas. Glossário de Termos Turísticos. <https://www.untourism.int/glossary-tourism-terms>

Turismo das Nações Unidas. Turismo e Cultura. 2025 <https://www.untourism.int/tourism-and-culture>

Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. (2021). Recomendações para a transição para uma economia verde de viagens e turismo. Turismo das Nações Unidas. <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2021-05/210504-Recommendations-for-the-Transition-to-a-Green-Travel-and-Tourism-Economy.pdf>

Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. (2022). Código global de ética para o turismo. Turismo da ONU. <https://www.unwto.org/global-code-of-ethics-for-tourism>

Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. (2022). Sinergias entre o turismo e a cultura. OMT. <https://www.unwto.org>

Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. (2023). O turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Jornada até 2030. Turismo da ONU. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/UNWTO_UNDP_Tourism%20and%20the%20SDGs.pdf

Qual é a diferença entre adaptação e mitigação? (2024). Perguntas frequentes (FAQs) | Agência Europeia do Ambiente (AEA). <https://www.eea.europa.eu/en/about/contact-us/faqs/what-is-the-difference-between-adaptation-and-mitigation>

Organização Mundial da Saúde: OMS. (18 de fevereiro de 2025). Biodiversidade. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/biodiversity>



Ajuntament de
Quart de Poblet



TOURISM
ORGANIZATION
OF THE MAZOVIA
REGION



albea
building up your resilience



FEVECTA



Co-funded by
the European Union

Funded by the European Union. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Education and Culture Executive Agency (EACEA). Neither the European Union nor EACEA can be held responsible for them. Project number: 2024-1-ES01-KA220-VET-000255069]



CC BY-NC-SA 4.0